

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

DIVERSIDADE SEXUAL NA UFRN COMO QUESTÃO DE DIREITOS
HUMANOS: sujeitos coletivos e estratégias em defesa da liberdade de orientação e
expressão sexual.

NATAL (RN)

2012

DANIELLA ELANA DOS SANTOS CRUZ

DIVERSIDADE SEXUAL NA UFRN COMO QUESTÃO DE DIREITOS
HUMANOS: sujeitos coletivos e estratégias em defesa da liberdade de orientação e
expressão sexual.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço
Social da Universidade Federal do
Rio Grande do Norte, como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana
Mara de Moraes dos Santos

Natal (RN), junho de 2012.

DANIELLA ELANA DOS SANTOS CRUZ

DIVERSIDADE SEXUAL NA UFRN COMO QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS: sujeitos coletivos e estratégias em defesa da liberdade de orientação e expressão sexual.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos

Aprovado em ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientadora

Profa. Dra. Andréa Lima da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora

Profa. Ms. Leidiane Souza de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora

Dedico esta obra à minha família!

Com vocês, que entenderam minhas ausências, aceitaram minhas omissões, compartilharam minhas lágrimas e sorrisos, divido, agora, o mérito desta conquista. As alegrias de hoje também são suas, pois o amor de vocês constituiu-se em estímulo e carinho necessários para esta vitória.

AGRADECIMENTOS

Quando nos deparamos na porta para darmos início¹ ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), nos disseram que “tudo pode acontecer para piorar a situação” e naquele momento pensamos “tomara que comigo seja diferente”. Obviamente, que o momento foi semelhante ao de todos, ou será que eu me encontro em uma bolha inatingível? Diante das questões familiares, das demais dificuldades encontradas para a realização do trabalho e da pouca maturidade acadêmica, sobreviver até aqui já é motivo de contentamento e, sobretudo, de agradecimento!

Aos meus pais, Daniel e Ana, que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la com dignidade; que iluminaram os caminhos obscuros com afeto e dedicação para que eu os trilhassem sem medo e cheia de esperança; que se doaram inteiros e renunciaram aos seus sonhos, para que, muitas vezes, pudesse realizar os meus. A vocês, pais por natureza, por opção e amor, não bastaria dizer que não tenho palavras para agradecer tudo isso. Entretanto, é o que me acontece agora, quando procuro arduamente uma forma verbal de exprimir uma emoção ímpar. Uma emoção que jamais será traduzida por palavras². **AMO VOCÊS!**

À minha irmã, Heloísa, pelo apoio e incentivo fraternal oferecido desde que eu era pequenininha, quando, em um momento difícil, deixou de ser a única e passou a dividir os nossos pais comigo... “A minha herança pra você, é uma flor com um sino, uma canção, um sonho, nem uma arma ou uma pedra eu deixarei [...] E hoje nos lembramos sem nenhuma tristeza dos foras que a vida nos deu; Ela com certeza estava juntando Você e Eu³”. Muito obrigada.

¹ Início que aqui me refiro, é o início da materialização concreta do TCC; pois o início mesmo, se deu há cerca de 3 anos e 10 meses, quando entrei no circular pela 1ª vez e conformada, achava divertido estar no ônibus lotado (afinal, havia ingressado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte), ou ainda, na lata de sardinhas, como costumávamos chamá-lo. Hoje, mais madura, consegui apreender quais são as reais circunstâncias que o faz transportar seres humanos como peixes enlatados.

² Artista desconhecido, adaptada.

³ Minha herança: uma flor. Música de Vanessa da Mata.

A Anderson (Anso), por seu companheirismo, por seu dedicado amor, que nas angústias oriundas do processo final, soube me acalmar, mostrando-me o futuro brilhante que temos a percorrer. Agradeço pelo incentivo nas horas de desânimo, pelo consolo nos momentos de tristeza e pela presença nas alegrias.

À professora Silvana Mara, por seu comprometimento ético com a nossa formação, pelas orientações qualificadas durante a Iniciação Científica, Estágio Curricular e Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos professores e aos funcionários do Departamento de Serviço Social (DESSO), pelas orientações e pelo apoio sempre que precisei.

Aos componentes do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED), pelo extrapolar da estrutura da sala de aula, que mesmo exaustos pelo interminável dia de trabalho, conseguiam chegar aos terceiros turnos entusiasmados por momentos de aprofundamento teórico.

Às companheiras de estágio, Renata Carvalho e Bárbara Figueiredo, pela parceria no estágio curricular, pelos trabalhos em sala de aula, pelas provas e demais momentos acadêmicos.

À equipe do Departamento de Assistência Estudantil (DEAE), especialmente, às assistentes sociais Viviane Gregório e Brunilla de Melo pela compreensão dos limites do processo vivido durante o estágio curricular e pelo comprometimento ético.

Às amigas de turma, em especial, Adriana Silva, Ariane dos Anjos, Flávia Dias, Janaína Amorim e Viviane Freitas pelas conversas informais e pelas discussões que circundavam a nossa formação.

Grande ingratidão seria esquecer a minha pequena, Taíse Negreiros, uma das maiores incentivadoras do meu trabalho!

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela concessão da bolsa de iniciação científica, auxílio econômico necessário para a minha permanência na graduação.

São muitos e, dada a emoção que por hora sinto, chego à conclusão que acabarei esquecendo-me de citar alguém; em suma, a todos e todas que contribuíram direta e indiretamente na minha formação, muito obrigada!

Levo todos (as) com carinho.

“Quem não se movimenta,
não sente as correntes que o prendem.”

(Rosa Luxemburgo)

RESUMO

O trabalho consiste na análise das contribuições dos sujeitos coletivos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na defesa da liberdade de orientação e expressão sexual como direito humano e objetiva mapear esses sujeitos coletivos que atuam na defesa da liberdade de orientação e expressão sexual, bem como suas estratégias no enfrentamento às formas de preconceito e de discriminação vivenciadas. Parte do pressuposto que o preconceito sofrido por qualquer pessoa que ouse transgredir os muros da heteronormatividade, só pode ser entendido criticamente se considerarmos o movimento real da sociedade do capital marcada pelo aguçamento da barbárie. Foi realizada pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental sobre o tema abordado, realizando levantamentos e sistematização de informações obtidas por meio das mídias on-line com dados produzidos pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e outros dispositivos eletrônicos produzidos pelos sujeitos identificados. Possui um referencial teórico-crítico que entende a realidade social na perspectiva de totalidade, articulando o objeto estudado às determinações sócio-históricas da sociedade capitalista. A busca por mudanças socioculturais integra as metas institucionais de várias instituições sociais, entre elas, está a universidade. Para que tais mudanças ocorram se faz necessário identificar, problematizar e enfrentar as dificuldades que se apresentam na defesa da liberdade de orientação e expressão sexual, enquanto mediações capazes de possibilitar resistência às mais variadas formas de opressões. Os resultados da pesquisa possibilitam identificar que o rompimento com a heteronormatividade e conseqüentemente com a lógica institucionalizada que obstaculiza o respeito à diversidade, permanece um grande desafio na UFRN. Os sujeitos coletivos desenvolvem estratégias, sendo as principais: notas públicas de denúncias; promoção de debates; desenvolvimento de estudos e pesquisas e passeatas no campus universitário. Na luta contra o preconceito, fortalecer o debate sobre a diversidade sexual junto aos indivíduos, é uma estratégia de fortalecimento contra a violência sofrida pela população LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis) e parece ser esta a principal contribuição da UFRN.

Palavras-chave: Universidade. Sujeitos coletivos. Homofobia.

ABSTRACT

The work consists in analyzing the contributions of the collective subjects from the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) in preservation of freedom of sexual orientation and expression as a human right and aims to map the collective subjects from UFRN acting in defense of freedom of sexual orientation and expression, as well as their strategies in dealing with forms of prejudice and discrimination experienced. It assumes that the prejudice suffered by any person who dares to transgress the walls of heteronormativity only can be critically understood if we consider the actual movement of capital society marked by the sharpening of barbarism. It was conducted a qualitative bibliographical and documentary research about the subject, conducting surveys and systematization of information obtained by means of online media with data produced by the Integrated Management of Academic Activities (SIGAA) and other electronic devices produced by the subjects identified. It has a theoretical-critical reference that understands the social reality from the perspective of totality, linking the object studied to the socio-historical determinations of capitalist society. The search for sociocultural changes includes the institutional goals of various social institutions, among which is the university. For such changes occur it is necessary to identify, discuss and confront the difficulties that are shown in defending freedom of sexual expression and orientation, while mediations capable of providing resistance to various forms of oppression. The survey results allow to identify that the break with heteronormativity and consequently with the institutionalized logic that obstructs respect for diversity, remains a major challenge in UFRN. Collective subjects develop strategies, which the main are: notes of public complaints, promoting debates, studies and research and demonstrations on campus. In the fight against prejudice, strengthen the debate on sexual diversity among the individuals, is a strategy to strengthen against the violence suffered by the population LGBTT (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals) and seems to be the main contribution of UFRN.

Keywords: University. Collective Subjects. Homophobia.

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BM – Banco Mundial

B.O. – Boletim de Ocorrência

CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CEP – Código de Ética Profissional

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CONSAD – Conselho Administrativo

CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUNI – Conselho Universitário

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DH – Direitos Humanos

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

FACISA – Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

GAMI – Grupo afirmativo de Mulheres Independente

GGB – Grupo Gay da Bahia

GUDES – Grupo Universitário em Defesa da Diversidade e Expressão das Sexualidades do RN

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

LGBT – Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual

OMC – Organização Mundial do Comércio

PROAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

Tirésias – Núcleo Interdisciplinar em Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos Humanos

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 UNIVERSIDADE, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	18
2.1 A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	20
2.2 ORIENTAÇÃO SEXUAL COMO QUESTÃO DE PRECONCEITO E DE LIBERDADE	31
3 AS PARTICULARIDADES DA UFRN NA DEFESA DA LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO E EXPRESSÃO SEXUAL	39
3.1 OS SUJEITOS COLETIVOS QUE ATUAM NA LUTA CONTRA A HOMOFOBIA	44
3.1.1 Grupos organizados pela temática	45
3.1.2 Projetos de Pesquisa	47
3.2 PRÁTICAS DE HOMOFOBIA NO COTIDIANO UNIVERSITÁRIO	52
3.3 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA EM ENFRENTAMENTO A HOMOFOBIA	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61
ANEXOS	65

1 INTRODUÇÃO

Talvez nossa reflexão deva começar por aí:
pelo fato de que nossa sobrevivência
está ameaçada.[...] Temos a chave do
futuro da humanidade, mas para poder
usá-la temos que compreender o presente.
[...] Não podemos nos permitir
desviar os olhos.”
(Êxodos – Sebastião Salgado)

Escolher o tema a ser discutido no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) confesso que não foi uma tarefa fácil. Na área dos Direitos Humanos, sempre me identifiquei com várias questões, entretanto, uma me chamou mais atenção. O interesse em analisar a liberdade de orientação e expressão sexual se gestou durante minha adolescência.

Naquele momento, fazia amizades com pessoas homoafetivas e, não raro, percebia que tratamentos ofensivos e preconceituosos eram “oferecidos” freqüentemente aos meus novos amigos, e não só a eles, bem como a todos que transgrediam o muro da heteronormatividade. Perguntava-me o que eles tinham feito de errado para sofrerem tanta hostilidade, embora naquele momento eu não conseguisse refletir de modo mais abrangente e nem encontrar respostas, o questionamento aparecia com força. Situações reais de preconceito e discriminação são, portanto, a motivação inicial para justificar meu interesse acadêmico por este objeto de estudo.

Pensei equivocadamente por algum tempo que em algumas esferas desta sociedade atos discriminatórios não ocorressem, como por exemplo, em uma universidade pública e laica. Esta, eu pensava ser um espaço de aprofundamento teórico e crítico de conhecimentos e que a diversidade humana era entendida e sobretudo, respeitada.

Na verdade, me deparei com um ambiente acadêmico que busca um conhecimento mercadológico desenfreadamente. Contudo, é necessário apreender a universidade como um espaço contraditório em que diferentes projetos societários se expressam, sendo hegemônico neste momento histórico uma concepção de universidade que se volta para o atendimento das demandas do mercado em detrimento da elaboração do pensamento crítico e de ações que levem ao conhecimento real das condições de vida e de trabalho da população.

Entretanto, o principal motivo que me fez decidir o caminho a ser traçado foi a pesquisa “Ética, direitos humanos e Serviço Social”, da qual sou bolsista de Iniciação Científica, e do estágio curricular realizado no Departamento de Assistência ao Estudante/PROAE/UFRN. Na primeira, tive a oportunidade de me aproximar de estudos e reflexões sobre os fundamentos da sociabilidade capitalista, dos direitos humanos e da ética, em linhas gerais, baseado no movimento crítico-dialético desta sociabilidade, que possui como base fundante a exploração do homem pelo homem, apreendendo suas contradições e seus limites. A segunda oportunidade foi necessária para que eu pudesse aproximar as reflexões surgidas à realidade institucional, a universidade.

Referente à questão da diversidade sexual, formas de preconceito e expressões homofóbicas também são reproduzidas no espaço acadêmico e o público alvo é bem fácil de ser identificado: qualquer ser humano que ouse transgredir os muros da heterossexualidade compulsória. O resultado disso é crescimento de práticas homofóbicas que sem punição para os agressores, faz com que os agredidos sejam ainda mais silenciados. Infelizmente, impera a impunidade! Para Mesquita et. al. (2001, p. 16), a atitude preconceituosa

[...] não pode ser destituída do contexto ideológico que lhe é inerente, permitindo banalizar e naturalizar através de brincadeiras, piadas e gozações aspectos do jeito de ser e viver dos indivíduos, colocando-os em uma situação vexatória.

Garantir o direito humano de ser diverso na Universidade Federal do Rio Grande do Norte significa o total empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e de discriminação por questões de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física, incentivando o respeito à

diversidade, à discussão das diferenças e a garantia do pluralismo (BARROCO, 2006, p. 13) significando, dentre outras coisas, o rompimento com a lógica da negação dos direitos e para, além disso, reconhecer a liberdade como valor ético central.

Parti do entendimento de que as Instituições apresentam potencial contraditório que pode se efetivar mediante as práticas de resistência vivenciadas. No entanto, em instituições tais como, a igreja, a família, a escola e a mídia, ocorre a prevalência da reprodução de práticas e valores dominantes favoráveis ao processo de alienação e de opressão.

*Diversidade Sexual na UFRN como questão de Direitos Humanos: sujeitos coletivos e estratégias em defesa da liberdade de orientação e expressão sexual*⁴ têm por objetivo geral analisar as contribuições da UFRN na defesa da liberdade de orientação e expressão sexual como direito humano.

O trabalho consiste em mapear os sujeitos coletivos da UFRN que atuam na defesa da liberdade de orientação e expressão sexual, analisando suas iniciativas coletivas que tematizam a liberdade de orientação e expressão sexual e as estratégias desenvolvidas por estes para disseminar a temática no universo acadêmico.

Para o processo de apreensão e análise do objeto de estudo fez-se essencial, entre outras questões, a opção por um referencial teórico-metodológico fundado na perspectiva da totalidade social na análise da realidade. Assim, foi possível o desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa capaz de formular e orientar este processo, não exitando em “qualificar este método como aquele que ‘consiste em elevar-se do abstrato ao concreto’” (MARX apud NETTO, 2009, p. 685). Segundo Minayo (1994), metodologia seria o “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Assim, a análise crítica e exposição do objeto de estudo

⁴ Destacamos que, ao longo de toda a exposição do texto, fizemos uso de palavras e/ou expressões que se referem ao gênero masculino como representante de todos e de todas devido tal recurso linguístico ser norma gramatical, própria da nossa linguagem. Contudo, gostaríamos de evidenciar que reconhecemos e respeitamos as diferenças entre os gêneros.

serão articulados em quatro eixos: 1) Orientação sexual como questão de opressão e de direitos humanos; 2) O papel histórico da Universidade na defesa de valores civilizatórios e dos direitos humanos; 3) A questão da diversidade sexual nas particularidades da UFRN; 4) Sujeitos coletivos que lutam pela liberdade de orientação e expressão sexual na UFRN.

Como problema do estudo elencamos os seguintes questionamentos: a universidade, enquanto geradora e socializadora do conhecimento e do saber, contribui para a defesa da liberdade de orientação e expressão sexual entendida como direito humano? Como isto se efetiva?

Neste sentido, foi realizada pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental sobre o tema abordado, realizando levantamentos e sistematização de informações obtidas por meio das mídias on-line com dados produzidos pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e outros dispositivos eletrônicos produzidos pelos sujeitos identificados, para disseminar a temática no universo acadêmico.

Para delimitar o nosso universo de pesquisa, elencamos os grupos temáticos e os projetos de pesquisa em execução que possuem entre os seus objetivos os termos “orientação sexual”, “homofobia”, “diversidade sexual” e “preconceito”, atuantes na defesa da luta contra o preconceito relacionado à orientação e expressão sexual. Do primeiro grupo, identificamos o Grupo Universitário em Defesa da Diversidade e Expressão das Sexualidades do RN (GUDES) e o Núcleo Interdisciplinar em Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos Humanos (TIRÉSIAS). Do segundo, identificamos quatro projetos de pesquisa.

Dividimos o trabalho em dois capítulos: Universidade, Diversidade e Direitos Humanos no Capitalismo Contemporâneo; e as Particularidades da UFRN na Defesa da Liberdade de Orientação e Expressão Sexual. O primeiro consiste em analisar como o modo de produção atual determina as relações socioeconômicas, históricas, afetivas e culturais dos indivíduos e as relações de determinação entre este tipo de sociabilidade e a educação, de modo particular, a universidade. No segundo capítulo, identificamos e analisamos os sujeitos coletivos que atuam na defesa da liberdade de orientação e expressão sexual na UFRN, bem como

apresentamos a violência sofrida por duas estudantes durante a calourada geral do semestre letivo 2011.1 desta instituição e que teve visibilidade midiática.

Assim concluímos a evidência do papel que a universidade desempenha no campo da disputa pela hegemonia de um determinado interesse de classe, reconhecendo a mediação concreta e ideológica exercida por aquela para a superação da sociedade do capital, nas mais diversas instâncias da vida dos sujeitos sociais.

Portanto, consideramos que é na contracorrente desta sociedade que deve estar os sujeitos coletivos, inovando em suas estratégias na garantia de respeito à diversidade, constituindo luta, sendo imprescindíveis estudos mais aprofundados e abrangentes que possam contribuir criticamente na construção de articulações políticas ensejando a ampliação das alianças com outros sujeitos coletivos – sobretudo com aqueles dispostos a construir uma sociabilidade mais livre, respondendo positivamente às demandas sociais pela democratização radical da universidade.



Imagem: Retirantes – Cândido Portinari

Nada é impossível mudar
 Desconfiai do mais trivial,
 na aparência singelo.
 E examinaí, sobretudo, o que parece habitual.
 Suplicamos expressamente:
 não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
 pois em tempo de desordem sangrenta,
 de confusão organizada,
 de arbitrariedade consciente,
 de humanidade desumanizada,
 nada deve parecer natural
 nada deve parecer impossível de mudar.

(Nada é impossível de mudar – Bertold Brecht)

2 UNIVERSIDADE, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Para iniciarmos a análise sobre a universidade, a diversidade e os direitos humanos no capitalismo contemporâneo, é importante ressaltar que partimos do pressuposto de que o “desvelamento das relações entre o Estado e a sociedade [...] só podem ser entendidas criticamente se considerarmos o movimento real da sociedade capitalista caracterizado pelo aprofundamento da barbárie” (CAVALCANTE, 2009, p. 52). Neste sentido, para entender a universidade na sociabilidade capitalista é preciso remeter à sua dinâmica e às suas formas de expressão, bem como o modo de produzir e reproduzir dos sujeitos sociais e da atual crise do modo de produção.

Os Direitos Humanos (DH), que são verificados não apenas como instrumento de dominação ideológica das classes dominantes, mas também como mediações capazes de possibilitar resistência às mais variadas formas de opressões, são entendidos aqui conforme o proposto pelo legado marxista, que segundo Mészáros (2008, p. 158), “diz respeito à contradição fundamental entre os ‘direitos do homem’ e a realidade da sociedade capitalista, onde se crê que esses direitos estejam implementados”. Neste sentido, é fundamental dizer que há de se criticar das teorias defendidas pelos interesses das classes dominantes, que além de serem individualistas, reforçam o processo de alienação e o pragmatismo na vida cotidiana.

O projeto social burguês invadiu a totalidade da vida social mercantilizando as relações e acarretou intensas contradições políticas, sociais, culturais e econômicas. No seu estágio atual, se caracteriza por um forte processo de flexibilização imposto pelo capital ao trabalho, resultante do seu estágio tecnológico/científico avançado. Trata-se de uma reestruturação do capital a fim de beneficiar seus interesses em detrimento dos interesses do trabalho, seja nos países centrais ou nos países periféricos que por meio dos estados nacionais seguem as orientações econômicas e políticas impostas por Organismos Internacionais.

Dentre as principais recomendações está a reestruturação das políticas sociais, considerando, falaciosamente, que tais políticas acarretam grandes gastos aos cofres públicos. A universidade imersa nesta realidade sofre as implicações tais

como as reformas universitárias demandadas pelo Estado neoliberal, em sintonia com organizações mundiais, que precarizam o ensino superior público atingindo não apenas aos que estão no âmbito da universidade, bem como toda a sociedade.

2.1A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

A educação, por se instituir como mediação na reprodução social, se apresenta com alguns questionamentos dignos da nossa análise: a educação na contemporaneidade sinaliza para um momento capaz de contribuir no processo de reprodução do capital e de intensificação de sua bárbara exploração sobre os indivíduos? Ou a educação faz parte de um projeto capaz de romper com esta forma de sociabilidade, entendendo ser possível uma mudança mais radical proveniente de uma deliberação humana socialmente consciente, valorizando o ser social compreendido enquanto humano-genérico?

Podemos dizer que existem diversos “entendimentos” sobre a função da educação na sociedade. Há a vertente conservadora que defende que a saída para a crise (vale ressaltar que a mesma é considerada passageira, e não apenas ela, bem como a crise mundial) se dá por meio do apontamento da necessidade de novas leis, novos métodos e novas políticas. A educação tem como função social, neste caso, adequar os indivíduos à dinâmica da sociedade capitalista, favorecendo formas de pensar e agir de acordo com o ethos burguês, onde sobressai o individualismo, a competitividade e a naturalização da exploração do trabalho e das inúmeras formas de opressão.

Há outra vertente que encontra nas políticas neoliberais os motivos para a tensão e existência dos problemas atuais. Embora que esta segunda vertente se coloque num campo crítico de defesa da educação pública e da possibilidade de realizar “adequações” capazes de proporcionar uma educação crítica, objetivando o amoldamento dos indivíduos às novas demandas em uma formação cidadã, humanista, flexível e polivalente, não questiona as raízes do processo de desigualdade social. Atribui-se, assim, para a educação a função social de

transformar as relações sociais vigentes, sem, no entanto relacionar educação com as determinações mais profundas da sociabilidade capitalista. E, neste sentido apesar de ter elementos progressistas, não avança para o entendimento do complexo educação e seu potencial real de interferir nas relações sociais.

Embora não haja homogeneidade nas vertentes, sabemos que nenhuma das possibilidades apontadas é capaz de romper com a lógica da exploração/opressão, da contradição entre trabalhadores e donos dos meios de produção, realidade própria de uma lógica societária que resulta em profundas desigualdades sociais. Ao invés de um projeto de emancipação humana, a segunda vertente apresentada anteriormente defende a realização da cidadania como se esta se constituísse na única possibilidade histórica possível. O modo como alguns termos são apresentados nos discursos, tais como “cidadania”, é mais uma forma política que afeta o processo de reprodução do capital e que, por este motivo, não poderá expressar a tão almejada emancipação humana.

A universidade como espaço de formação profissional e de produção do conhecimento é uma instituição social e como tal demonstra de modo determinado a estrutura e o funcionamento da sociedade. Tanto é assim que observamos no interior da universidade a presença de opiniões, modos e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições existentes na sociedade.

Na sua fase madura, o capitalismo mais do que nunca se apropria da inovação tecnológica para aumentar a composição orgânica do capital, ampliando a produtividade e a apropriação de mais-valia relativa. Com isto acirra a concorrência de mercado e, como resultado, aumenta a concentração e centralização da riqueza cada vez mais.

Neste contexto sócio-histórico novas demandas são apresentadas à universidade, à exemplo da questão da expansão do ensino superior. Os dados mostram que pessoas com renda familiar de até três salários mínimos, representam

44% dos estudantes das Federais. Este percentual sobe para 69% e 52% nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente⁵.

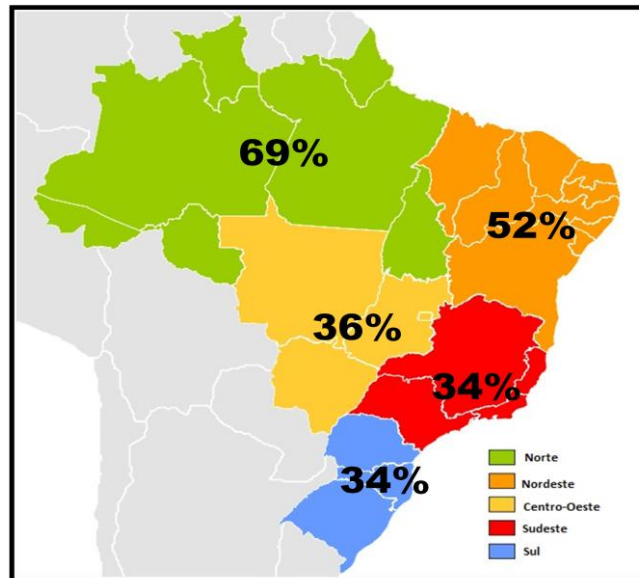


Imagem 1: Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras. 2011.

Fonte: FONAPRACE

No entanto, é necessário o entendimento de que o processo de expansão do Ensino Superior em curso no Brasil pelo governo federal apresenta inúmeras fragilidades, sendo de maior destaque o fato de que expansão não pode significar precarização na formação profissional como tem ocorrido, mediante experiências como o ensino à distância e projetos de reestruturação que comprometem a qualidade social e as condições de trabalho dos docentes, especialmente nas instituições federais de ensino.

A crise da universidade apresenta razões relacionadas intrinsecamente ao processo de acumulação do modo de produção, resultando na adaptação de currículos, de estruturas e de escolha dos estudantes às necessidades de aceleração das inovações tecnológicas. Veremos mais à frente que este processo é

⁵ Pesquisa Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras, realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) com apoio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Um dos objetivos da pesquisa consistiu em mapear a vida social, econômica e cultural dos estudantes de graduação presencial das IFES.

consequência da reestruturação produtiva. No capitalismo tardio, a universidade passa por modificações, dada a necessidade de mão de obra especializada no plano técnico na indústria e do Estado em crescimento. E do ponto de vista ideológico temos visto um profundo investimento para que as novas gerações não se rebelam contra a precarização do ensino.

Durante a década de 1990, se aguça na universidade pública brasileira um processo de “reformas” guiadas pelo Banco Mundial (BM), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC) que possui como fundamento de determinação o enfrentamento da crise do capital e a necessidade de implementar reformas neoliberais que tiveram o poder de intensificar a lógica destrutiva e reacionária do capital em relação aos interesses do trabalho e no atendimento real às necessidades humanas.

Este processo se origina durante a década de 1970 quando o modelo produtivo fordista-taylorista⁶ começa a sinalizar seu esgotamento. Em resposta a esta crise, deu-se início em uma investida do capital e do Estado contra o trabalho e os direitos conquistados, o que se confirmou no desenvolvimento de um novo padrão de acumulação e no desenvolvimento do projeto conhecido como neoliberal. Segundo Montes (1996) apud Behring (2008, p. 58) o neoliberalismo descobriu os perigosos efeitos do Welfare State, tais como a desmotivação, a concorrência desleal, a baixa produtividade, a burocratização, a sobrecarga de demandas e o excesso de expectativas.

A estratégia encontrada mundialmente foi o ressurgimento dos ideais liberais que defendiam a livre concorrência, a total autonomia na regulamentação do mercado financeiro e a reordenação funcional do Estado. Para legitimar esta política foi e ainda é fundante a atuação de Organismos Internacionais, tais como BM e a FMI, com o propósito de legitimação da ordem estabelecida.

Quando a crise já havia se estabelecido, os países centrais que anteriormente haviam concedido generosos empréstimos aos países em desenvolvimento

⁶ No início do século XX duas formas de organização de produção industrial provocaram mudanças significativas no ambiente fabril: o taylorismo e o fordismo. Esses dois sistemas visavam à racionalização extrema da produção e, conseqüentemente, à maximização da produção e do lucro. Seu fracasso seu deu, dentre outros fatores, pela incapacidade de responder à contração do consumo, produto do desemprego estrutural que então se iniciava.

passaram a pressionar estes, por meio dos organismos supracitados, sobre o pagamento das dívidas, encontrando assim um modo de amenizar a deficiência de acumulação, mantendo os lucros de suas empresas. Segundo Meszáros:

De forma perigosa para o futuro da humanidade, o sistema do capital é incapaz de operar de outro modo que não seja por meio da imposição – quando necessário, por meios mais violentos, incluindo guerras mundiais potencialmente catastróficas – de formas e modalidades antagônicas de mediação (por meio da estrutura hierarquicamente discriminatória e da força exercida pelo Estado capitalista). (2009, p. 124)

Neste sentido, as OIs, em especial o BM, receiptaram aos países periféricos políticas que induziam às reformas referentes ao ideário neoliberal e passaram a elaborar, divulgar e monitorar, ao longo das décadas de 1980 e 1990 o projeto de reestruturação estatal naqueles países, impondo condicionantes antecipadamente acordados pelos interesses do grande capital, ou ainda, dos capitalistas dos países centrais.

Na realidade brasileira, com as mudanças sofridas no mundo da acumulação, coube ao Estado realizar adaptações nas políticas sociais segundo as indicações determinadas, chamando atenção para a importância que passa a ser dada aos serviços prestados pelo setor privado; este processo acarretará a expropriação de direitos conquistados por meio de lutas entre as classes de interesses antagônicos. Segundo Sader (2000) “do lado econômico, é uma época de desregulamentação e, do lado político e social, é uma época de regressão da civilização” (Apud SANTOS, 2002, p. 23).

O Estado passa a atuar minimamente perante as necessidades sociais da população. O primeiro alvo do neoliberalismo foi constituído pela intervenção do Estado na economia: o Estado foi atacado pelos neoliberais e apresentado como uma instituição que deveria ser reformada rapidamente – e, desse modo, registrou-se pela primeira vez na história do capitalismo, o termo reforma perdendo o seu sentido tradicional, de conjunto de mudanças para ampliar direitos, passando a estar

atrelado à supressão ou à redução de direitos e garantias sociais, o que os estudiosos da temática consideraram como contra-reformas⁷.

Marcado também pelo avanço científico e tecnológico, o período foi caracterizado por uma intensa disputa entre os capitalistas, pela busca desenfreada pela modernização do aparato produtivo, tornando o mercado cada vez mais competitivo, almejando maiores lucros.

Entretanto, com a inserção de novas e melhores máquinas no processo produtivo, houve o aumento do capital constante, mas também a diminuição do capital variável – força de trabalho humana – gerando o crescimento da capacidade produtiva, em detrimento do aumento do desemprego, diminuindo o poder de consumo, agravando as desigualdades sociais.

O resultado do surgimento em larga escala de instituições privadas prestadoras de serviços que até então eram, constitucionalmente garantidos como dever do Estado, foi a perda geral de prioridade das políticas sociais – educação, saúde e previdência – induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico. A reforma do Estado defendida pelo neoliberalismo se materializa na implementação de ações voltadas para a diminuição da sua intervenção econômica referente a gastos públicos com as políticas sociais.

Assim, o padrão flexível de produção e de acumulação apresenta grandes mudanças sociais, culturais, econômicas na sociedade, marcadas pela competitividade, adaptação, flexibilidade e subcontratação dos trabalhadores como características principais, o que se vincula fielmente aos interesses do grande capital.

Para atender a este novo mercado, exige-se um profissional cuja formação propicie adesão passiva ao projeto dominante, com poder técnico de resolver situações inesperadas e que seja polivalente a ponto de poder exercer várias funções ao mesmo tempo, o que desta forma vai possibilitá-lo transitar mais facilmente no mercado de trabalho, considerando que a estabilidade como conquista histórica do trabalho deixa de existir.

Com o advento da redução do papel do Estado para o social, as políticas sociais que, na realidade brasileira, nunca tinham sido prioridade, deixam

⁷ Para o aprofundamento do estudo sobre a temática da contra-reforma neoliberal, conferir: Behring, 2008.

progressivamente de ser responsabilidade do Estado. Ou seja, assume visibilidade o denominado terceiro setor⁸ e processos de parceria que tornam o acesso e suas características mediados por meio do mercado, com ações focalizadas, voltadas para o combate a pobreza em detrimento das políticas sociais de caráter universal.

O resultado deste processo no Brasil foi uma série de mudanças, dentre elas, a privatização dos serviços até então prestados pelo Estado e a liberação para o mercado atuar nas áreas sociais, tais como no âmbito da educação e da política de seguridade social, notadamente com a expansão precarizada da política de assistência, com o sucateamento e o desfinanciamento público da saúde e mercantilização da previdência social. Todo esse processo se apresentou como a face mais trágica do neoliberalismo: a desregulamentação dos direitos sociais adquiridos por meio das lutas de interesses antagônicos entre a classe trabalhadora e os segmentos dominantes no processo de redemocratização do país.

O neoliberalismo e o processo de mundialização do capital trouxeram consigo inúmeras mudanças econômicas, sociais, culturais, dentre outras; as quais podemos caracterizar como iniciativas de enfrentamento pelo capital de sua própria crise estrutural após 1970. Segundo Bruno (2001), tais mudanças apresentaram duas tendências principais: a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado.

Neste contexto, é aguçado o processo de privatizações. Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999/1999-2003) foi privatizada a Companhia Vale do Rio Doce⁹ (maior produtora de minério de ferro do mundo e a segunda maior de níquel), a Telebrás (monopólio estatal de telecomunicações), diversos bancos estaduais e de rodovias, o fim do monopólio estatal do petróleo, a Reforma da Previdência Social, o congelamento de salário dos servidores públicos, dentre outras iniciativas que levaram ao denominado desmonte do Estado em sua intervenção social.

No âmbito da educação, o governo de FHC incentivou o desenvolvimento das instituições privadas, que passaram a contar com linhas de crédito especiais para

⁸ O terceiro setor se caracteriza como uma “denominação ideológica”, sendo representado por Organizações Não-Governamentais (ONGs), associações, instituições, fundações, entidades e relações sociais que fazem parte da sociedade civil.

⁹ Após a privatização, a Vale pôde arcar com pesados investimentos, que até o momento somam a quantia de 16,5 bilhões de dólares, fazendo seu lucro anual subir de cerca de 500 milhões de dólares em 1996 para aproximadamente 12 bilhões de dólares em 2006. O número de empregos gerados pela companhia também aumentou desde a privatização - em 1996 eram 13 mil e em 2006 são mais de 41 mil.

seus investimentos. É também nesta lógica que foi implementada a redução de 24% nas verbas de custeio e de 70% nas verbas de investimento nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES (Folha de São Paulo, 12.04.04).

As Universidades Federais vivenciaram situações de cortes de energia elétrica, telefone, água, dispensa das empresas terceirizadas responsáveis pela limpeza e no aspecto didático-científico a deficiência de bibliotecas, laboratórios, salas de aula e falta de computadores e outros equipamentos necessários farão com que a qualidade do Ensino fique ainda mais prejudicada (MAUÉS, 2004). A docência é reduzida à transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes e prioritariamente ricos em ilustrações; e a ciência é valorizada somente como um componente da tecnologia, e esta não como um meio para fazer ciência. Entretanto todos esses fatores não impossibilitaram a expansão de vagas, que quase duplicaram durante os mandatos de FHC.

Com o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007/2007-2011), oriundo da classe trabalhadora, alimentou-se na sociedade, durante o período em que se postulava à Presidência, a esperança de que os tempos de privatização, terceirização, corte de direitos e precarização dos serviços públicos chegassem ao fim.

O Neoliberalismo de FHC ganhou maior efetividade e promoveu uma regressão de direitos para a maioria da população de trabalhadores, principalmente os servidores públicos. Mais precisamente, segundo Netto e Braz (2007, p. 225) “o neoliberalismo é a fase em que o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultados das lutas do movimento operário e das camadas dos trabalhadores”. Assim, Lula se elegeu Presidente do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com amplo apoio dos movimentos sociais e com articulações políticas com segmentos conservadores da política brasileira.

O que os movimentos sociais não esperavam era que já em seu primeiro ano de mandato fossem implementadas processos de contrarreforma como a da Previdência Social. Seguindo as orientações do Banco Mundial/FMI, Lula aprovou uma contrarreforma que atacou aposentadorias e transferiu dinheiro público para o mercado, privatizando a Previdência. Deste modo, o caráter de subordinação aos

organismos internacionais do capital, tais como BM, FMI, OMC, entre outros, segue pelos dois mandatos deste governo.

Seguindo a tendência da mundialização do capital, a educação também sofre mudanças. O BM e o FMI identificam a educação como um importante campo para o mercado e passam a conduzir, em parceria com os países centrais interessados, uma agenda de formulação e realização de políticas educacionais para a América Latina e Caribe (MELO, 2006). O Governo Lula, orientando-se por cartilhas, começa a formular nos primeiros anos de seu mandato o Projeto de Reforma Universitária. Após a formulação de quatro ante-projetos o Governo Lula aprova a Reforma neoliberal Universitária, através da definição de novos parâmetros, estruturas curriculares e expansão mais acelerada do acesso a esse nível de ensino. A Meta definida pelo BM de ampliação do número de jovens inseridos na universidade levou o governo a desenvolver procedimentos de expansão que estão se tornando cada vez mais precários. É óbvio que esta inserção não iria se dar de modo que compreendesse a efetividade do acesso, da permanência e da conclusão.

As orientações prescritas pelo BM foram seguidas pelo governo brasileiro com adequações conforme a realidade, os conflitos e as correlações de força locais na disputa entre o projeto hegemônico e o projeto dos sujeitos políticos organizados pela defesa da universidade pública.

O aumento das instituições de ensino privado é acompanhado pela desqualificação da universidade pública, gratuita e de qualidade. Conseqüentemente, as instituições privadas reforçam o discurso falacioso de que o público é inoperante e o ensino superior privado é visto como saída, dada a sua aparente alta qualidade e organização.

Segundo a Fazenda, a reforma da política educacional deveria pautar-se pela “equalização da distribuição de oportunidades educacionais”, ao que parece entendida como um direcionamento de recursos públicos para as IES privadas, já que apresentam menores custos e supostamente atendem os mais pobres, enquanto as Ifes só atendem os ricos e são mais caras. Não se discute, nem superficialmente, a diferença entre as instituições federais e a grande maioria das IES privadas, que, salvo exceções, notadamente de algumas confessionais, não são universidades, não fazem pesquisa,

e concentram sua atuação em atividades mais lucrativas, ou seja, cursos de custos mais baratos, de menor duração, com professores menos qualificados, com menor tempo para dedicação aos alunos, poucos laboratórios, bibliotecas, enfim, sem um ambiente efetivamente propício a uma formação adequada de nível superior. (SIQUEIRA, 2003, p. 18)

É em 2004 que Lula sanciona a Lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Entre os elementos componentes do SINAES, o único que se efetivou e ganhou destaque foi o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). O ENADE constitui uma prova aplicada aos estudantes universitários por curso de três em três anos. O objetivo é avaliar em quanto a Universidade tem cumprido sua função de formar o estudante, por isso fazem o Exame os estudantes ingressantes e concluintes.

A nota do ENADE é publicizada e é formado, assim, um Ranking Nacional das Instituições de Ensino. A avaliação se transformou, na verdade, em um mecanismo de competição entre as Instituições de Ensino Superior. Tornou-se um mecanismo de privatização tendo em vista que incentiva o financiamento privado das Universidades Públicas, uma vez que as Universidades bem colocadas no ENADE recebem verbas extras do Governo e apoios do setor privado, enquanto as Universidades que tirem notas baixas não receberão, fazendo com que acabem buscando o apoio privado, da mesma forma.

O Programa Universidade Para Todos (PROUNI), outro elemento da Reforma Universitária, prevê o fornecimento das vagas ociosas nas Instituições privadas a estudantes carentes (através de bolsas de estudo integrais ou parciais) em troca de isenção fiscal. Essa é mais uma política privatizante, pois segundo o Censo de 2003 o Sistema Privado de Ensino Superior tinha 42,2% de suas vagas ociosas. Algumas Universidades/Faculdades Privadas se encontravam à beira da falência pelo abandono e inadimplência dos estudantes que não tinham condições de continuar pagando para estudar. O Governo, então, isenta fiscalmente essas instituições em troca de vagas que custam cerca de três vezes mais que as vagas nas Universidades Federais.

O Governo Lula opta por salvar o Ensino Privado, abrindo mão de investir nas Universidades Federais e fortalecendo um ensino, muitas vezes, de qualidade

duvidosa, que não integra à formação, a pesquisa e a extensão e sem nenhuma política de assistência estudantil que assegure a permanência do estudante. O que deixa claro o seu real comprometimento com a reprodução máxima do capital, e não o desenvolvimento humano mediante o atendimento real das necessidades humanas.

Entre todos os projetos e decretos que compõem a Reforma Universitária, o Decreto Presidencial 8.096 de 2007 merece destaque. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI foi o que encontrou maior resistência da comunidade universitária. Uma vez que no âmbito desta reestruturação, o decreto objetiva a “revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem” e a “diversificação das modalidades de graduação”. Criando condições de ampliação de acesso no ensino superior por um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Isto na prática tem significado a criação dos Bacharelados Interdisciplinares (cursos de formação rápida e genérica), a superlotação dos espaços físicos e a expansão desenfreada do Ensino à Distância.

No âmbito da expansão o decreto prevê a criação de “condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior”. Para isso as universidades deverão ampliar as vagas, melhorar “o aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”, superar as taxas de evasão, ocupar as vagas ociosas, etc. Isso concretamente tem acarretado a sobrecarga dos docentes (elevação da taxa professor-aluno), a super lotação de salas através da abertura de vagas, em avaliações quantitativas em detrimento das avaliações qualitativas, dentre outros aspectos.

Tais reformas em curso, com sua seqüela de flexibilização e precarização do trabalho universitário – docente, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão – e de desqualificação crescente de formandos e formados, reforçam objetivamente, independentemente das intenções de seus formuladores, o processo descrito (COGIOLLA, 2004).

Na defesa do ensino público, gratuito e de qualidade e não satisfeitos com a precária situação, neste momento, docentes e servidores técnico-administrativos da maioria das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) estão em greve, no caso dos professores pela valorização e reestruturação da carreira e de melhores condições de trabalho, e no caso dos técnicos, por melhores salários.

A greve¹⁰ convocada pelas entidades do setor da educação federal, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (FASUBRA) recebem apoio de diversas entidades, dentre elas estão: o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Pará, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Sindicato dos Químicos de São José dos Campos e região e a Associação dos Geógrafos Brasileiros - seção Porto Alegre.

2.2 ORIENTAÇÃO SEXUAL COMO QUESTÃO DE PRECONCEITO E DE LIBERDADE

As transformações sofridas através da crise estrutural do capital, que teve seu início durante a década de 1970, influenciaram a cotidianidade na cena contemporânea de modo bastante intenso. Enquanto surgia a necessidade de aumentar os investimentos na ciência e na tecnologia, as classes subalternas eram mais uma vez atacada pela lógica neoliberal, da desresponsabilização estatal ao tempo em que um conjunto de questões socioculturais foram aguçadas, dentre as quais estão as questões sobre as relações de gênero, de orientação sexual e étnico-racial, que ganharam a cena pública nos países centrais a partir de 1960 por meio dos movimentos sociais e mais tardiamente no Brasil de 1980 em diante.

¹⁰ Fonte: ANDES-SN Disponível em:

<<https://docs.google.com/file/d/0Bzz4VZkjh1bsc2lmOXIMcGQ5dE0/edit?pli=1>> Acesso em: 25 de junho de 2012.

A vida cotidiana entendida como centro do acontecer histórico se configura como a vida de todos os indivíduos, ou seja, todos os seres humanos se produzem e se reproduzem na cotidianidade (MESQUITA et al., 2001, p. 11). Na produção e reprodução dos seres humanos, aonde os indivíduos se reproduzem enquanto seres singulares, os interesses da classe hegemônica são disseminados com o caráter de “ideal” para todos(as) e é na busca por este ideal que as classes subalternas negam suas reais necessidades em prol de atender às normas e valores, por vezes, internalizados sem se questionar como surgem e por qual motivo, reproduzindo a lógica instituída, seja com pragmatismo, juízos provisórios, que se manifestam particularmente como preconceitos, agudizando ainda mais o processo de alienação.

O ethos burguês próprio da sociabilidade do capital fortalece o processo do individualismo, no qual a liberdade de cada pessoa acaba quando começa a do outro, iniciando a busca desenfreada pelo consumo, a fim de satisfazer suas necessidades particulares. Este discurso inspirado nos fundamentos liberais favorece formas de particularismos, inclusive no âmbito das reivindicações por direitos, bem como o desenvolvimento das ações moralizantes gerando o aumento da violência, da criminalização dos movimentos sociais, do conservadorismo, adotando, em geral, medidas repressivas com o objetivo de manutenção da ordem estabelecida.

Na sociedade fundada pela propriedade privada em que parcela mínima da população detém o poder econômico, político e cultural sobre toda a produção, enquanto a maioria apenas possui a força de trabalho, a moral aspira se objetivar de maneira alienada, reproduzindo julgamentos de valor baseados em juízos provisórios, respondendo às necessidades mais imediatas e superficiais da singularidade individual, abrindo caminho para o moralismo e para a adesão acrítica do *ethos* dominante (BARROCO, 2009, p. 173).

Assim como nos demais campos da vida social, no campo afetivo-sexual, os preconceitos são determinados pela classe hegemônica através de mediações, na busca descomedida pela coesão dos seus interesses, contribuindo para o controle social. Desse modo, a heteronormatividade se impõe e os processos de construção de sujeitos compulsoriamente heterossexuais se fazem acompanhar pela rejeição de

qualquer outra orientação/expressão afetivo-sexual que difere do “padrão”, se expressando por meio de atitudes, enunciações e comportamentos homofóbicos, lesbofóbicos e transfóbicos¹¹.

O Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais de 2011 divulgado pelo Grupo Gay da Bahia¹² (GGB), aponta que foram documentados 266 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil no ano de 2011, sendo 6 a mais que em 2010, gerando um aumento de 118% nos últimos seis anos (122 em 2007). Segundo o documento, os gays lideram os "homocídios": 162 (60%), seguidos de 98 travestis (37%) e 7 lésbicas (3%). Confirmando o Brasil em primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos homofóbicos, concentrando 44% do total de execuções no âmbito mundial. Nos Estados Unidos, com 100 milhões a mais de habitantes que nosso país, foram registrados 9 assassinatos de travestis em 2011, enquanto no Brasil, foram executados 98 "trans". O risco de um homossexual ser assassinado no Brasil é 800% maior que nos Estados Unidos.

Segundo o responsável pelo relatório¹³, o Prof. Luiz Mott, antropólogo da Universidade Federal da Bahia e fundador do GGB,

99% destes homocídios contra gays têm como motivo seja a homofobia individual, quando o assassino tem mal resolvida sua própria sexualidade; seja a homofobia cultural, que expulsa as travestis para as margens da sociedade onde a violência é mais endêmica; seja a homofobia institucional, quando o Governo não garante a segurança dos espaços freqüentados pela comunidade LGBT.

Seguindo o que já vínhamos apontando, tais dados só confirmam a aspiração que a classe burguesa tem em universalizar sua ideologia, produzindo preconceitos em muito maior medida que todas as classes sociais conhecidas até hoje (HELLER, 1992, p. 54).

¹¹ Os termos utilizados designam o sentimento de ódio, de aversão ou de discriminação de um indivíduo contra homossexuais, lésbicas e transgêneros, respectivamente.

¹² O Grupo Gay da Bahia há mais três décadas coleta e denuncia informações sobre homofobia no Brasil quanto à insegurança sofrida pela comunidade LGBT: a cada 33 horas um homossexual brasileiro foi barbaramente assassinado em 2011, vítima da homofobia. FONTE: <<http://www.ggb.org.br/>>

¹³ Na ausência de um banco de dados sobre crimes homofóbicos, lesbofóbicos e transfóbicos os dados do relatório são baseados em notícias de jornal e internet, os quais estão longe de representar a totalidade dos crimes.

Na história da humanidade a relação afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo sempre existiu. Diversas civilizações existentes anteriormente à era moderna vivenciaram a homossexualidade¹⁴: a civilização grega, egípcia e romana. A exemplo disso na Grécia, os meninos mais desejáveis não eram os mais bonitos e sim os mais valentes e inteligentes. Para ter “agregado” estas características eles passavam antes por um ritual que consistia em manter-se submisso a um amante, em geral mais velho, durante cerca de dois meses nas florestas montanhosas onde aprendiam a caçar e a sobreviver em situações difíceis. No mesmo período, e desta vez acompanhado por parentes e amigos, o jovem era penetrado analmente pelo amante e todos festejavam o início à vida adulta do jovem.

Sobre os primórdios do cristianismo (há cerca de 2000 anos), seus primeiros líderes exaltavam constantemente a virgindade, consentindo relações sexuais somente no casamento, sendo possível encontrar escritos contra as relações homossexuais. Entretanto, como a homossexualidade ainda era considerada por inúmeros povos, não foi fácil para os cristãos firmar-se enquanto maioria, ou pelo menos, hegemônicos.

Mas foi na metade do século XIV, que a visão da sociedade sofreu mudanças bruscas, passando à prática da bissexualidade a ser considerada uma ação “demoníaca”, tornando-se proibida. Esta mudança foi apoiada pelo Estado e pela Igreja, instituições que até os dias atuais, impõem a heterossexualidade como a única forma possível de amar, ou ainda, de se relacionar afetivamente. Isto implica na heteronormatividade que define a heterossexualidade como norma e as demais situações de possibilidade de envolvimento afetivo-sexual como algo errado que deve ser banido do universo da vida cotidiana.

Foi a partir do século XIX, “às vésperas de uma era de prosperidade e influência sobre o mundo sem comparação em toda a sua história” (SPENCER, 1999, p. 238), que se desenvolveu a categoria homossexual como a conhecemos hoje, nas sociedades industrializadas. Neste período o sexo entre homens além de ser considerado um comportamento contagioso/doença, era também coisa do

¹⁴ Segundo Spencer (1999, p. 11) o termo “‘homossexualidade’ apareceu pela primeira vez em inglês na década de 1890, usada por Charles Gilbert Chaddock, tradutor de *Psychopathia Sexualis*, de R. Von Krafft-Ebing”.

demônio e por isso quem praticasse era severamente punido pelo Estado, simplesmente porque os intolerantes e os fanáticos teriam suas fúrias provocadas.

Durante o mesmo século, a medicina européia e americana dedicou-se à pesquisa em busca do motivo da “disfunção sexual” que levava pessoas das mais variadas classes sociais a se relacionarem com outras do mesmo sexo. Esta análise perdurou por muito tempo servindo de argumento para que os médicos tratassem os sujeitos clinicamente, através de remédios, transformando-se em uma inadequação médica e psicológica. Esta passagem de pecado para crime, e daí para insanidade, foi provocada, segundo Spencer (1999), por mudanças sociais.

Historicamente, a intolerância percorre a trajetória da humanidade, destacando-se a religiosa e a racial como dois grandes marcos da opressão e injustiça vinculados à questão da diversidade e aos direitos humanos. Também sabemos que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, elaborada após a II Guerra Mundial, teve como uma de suas finalidades tentar evitar que se repetissem tais atrocidades a exemplo do nazismo. Entretanto, mesmo que a partir deste marco muito já se tenha avançado em termos político-jurídicos internacionais, a história da intolerância continua a ser escrita, em todo o mundo. (BARROCO, 2006, p. 03)

Em 1975, o “homossexualismo” foi inserido na Classificação Internacional das Doenças (CID) como sendo um transtorno sexual. Em 1985, a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou circular, informando que o homossexualismo deixava de ser uma doença, passando a ser entendido como um desajustamento comportamental. Mas foi durante a década de 1990, que o mesmo deixou de ser considerado um distúrbio psicossocial, conseqüentemente deixando de constar no CID, sendo substituído o sufixo “ismo” pelo sufixo “dade”, passando a significar “modo de ser” (MADRID; MOREIRA FILHO, ?).

Sob demandas surgidas do cotidiano contemporâneo e da influência do cenário supracitado, alguns conselhos de profissões tiveram iniciativas positivas relacionadas com a negação de qualquer forma de preconceito relacionado à livre orientação e expressão sexual. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 1999, estabeleceu por meio da resolução 01 de 1999, as normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual vedando qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas (Art. 3º). Por sua vez e também por meio de resolução, o Conselho Federal de Serviço Social

(CFESS), em 2006, estabeleceu normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio¹⁵ inscrito no Código de Ética Profissional (resolução 489/2006) e lançou a campanha “O amor fala todas as línguas”.

Identificar as razões sócio-históricas que fazem com que o capitalismo apesar de se apresentar como um projeto societário voltado para o reconhecimento dos indivíduos, na condição de sujeitos de direitos, além de não absorver um conjunto de reivindicações de segmentos particulares que ficam destituídos do acesso ao direito, se coloca longe de cumprir a promessa de liberdade e de igualdade, mesmo numa perspectiva formal, para todos os indivíduos sociais (SANTOS, 2003, p. 89) é um desafio e uma necessidade histórica.

O reconhecimento dos homossexuais enquanto sujeito de direitos é uma luta que demanda, como tantas outras, mediações capazes, senão de “mudar o mundo”, mas de incitar, minimamente, a reflexão sobre como se dão as relações sociais, vale ressaltar, de natureza contraditória, possibilitando a crítica à alienação gerada pela sociedade do capital.

A agenda política em torno da defesa de direitos e do questionamento aos valores culturais conservadores em favor da política de identidade surge da necessidade da fala pública dos sujeitos/vítimas dessa cultura (Idem. 2009). É a partir da década de 1960 que os movimentos sociais encontraram espaço para questionar, por meio de organizações e manifestações, a violência sofrida pela população homoafetiva.

Conforme afirma Barroco (2006), “as identidades que unem determinados grupos sociais, diferenciando-os de outros não deveriam resultar em relações de exclusão, desigualdade, discriminações e preconceitos”, mas quando isso acontece, segundo a autora, é porque suas diferenças não são aceitas socialmente e neste caso estamos entrando no campo das questões de ordem ética e política, espaço da

¹⁵ O 6º Princípio Fundamental do Código de Ética Profissional do Assistente Social diz respeito ao “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. FONTE: CEP, 1993. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf> Acesso em 20 de abril de 2012.

luta pelo reconhecimento do direito à diferença, uma das dimensões dos direitos humanos.

Tais movimentos exercem um papel importante na contemporaneidade, o de apontar que, embora a sociedade capitalista se apresente formalmente como uma sociedade livre, voltada para a realização da liberdade individual, na verdade se é ambiente de preconceitos, sendo incapaz de respeitar a diversidade e a individualidade de cada ser humano, ela não assegura condições efetivas de garantia para realização dos direitos humanos.

Ao reproduzirmos preconceitos na vida cotidiana, estamos corroborando para manter ideológica e moralmente a estabilidade e coesão da sociedade capitalista na qual vivemos, reforçando, independente da consciência que os sujeitos têm de sua ação preconceituosa, a manutenção da hegemonia de um projeto político opressor e explorador. (MESQUITA et. al. 2001, p, 16)

O que não podemos perder de vista é o horizonte das lutas, pois, pensar este processo destituindo-o da totalidade social, é permanecer na lógica instituída, atrelada à desumanização em prol da sua reprodução, reafirmando esta sociedade como a última e única possível, considerando as vitórias jurídicas, como fim máximo.

Podemos afirmar que sob a sociabilidade do capital são criados e reproduzidos inúmeros dispositivos e modos de socialização que determinam a existência de formas de opressão. A negação da diversidade humana e a heteronormatividade se inserem num contexto sócio-histórico fundado na desigualdade social e na exploração do trabalho. Trata-se da sociabilidade do capital que alia exploração com opressão como forma de reproduzir-se cotidianamente e assim, na impossibilidade da liberdade enquanto valor ético central, as instituições, as políticas sociais e os programas se tornam, essencialmente, mediações na luta contemporânea, por melhores condições imediatas.

Entretanto, é importante dizer que a “crítica à modernidade foi realizada na maioria dos estudos sobre os movimentos sociais com plena autonomia do sistema do capital” (SANTOS, 2009 p. 67). Significa dizer que questionar a sociedade fragmentando o problema, negando a totalidade da vida social, resulta em uma atitude defensiva, fortalecendo uma força supletiva do capital, despolitizando ainda mais os sujeitos.

Os principais partidos políticos de esquerda, em nível mundial, e certas forças sociais que haviam participado de movimentos contestatórios constituíram-se, em grande parte, nos países do ocidente, intermediações favoráveis ao conjunto da organização do modo de vida capitalista. (Idem, p. 68)

Garantir o direito humano de ser diverso dos sujeitos que constituem a instituição significa o total empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e de discriminação por questões de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física, incentivando o respeito à diversidade, à discussão das diferenças e a garantia do pluralismo (BARROCO, 2006, p. 13), significando, dentre outras coisas, o rompimento com a lógica da negação dos direitos e para, além disso, reconhecer a liberdade como valor ético central.

Segundo, Mesquita et. al. (2001, p. 01) “as questões que provocam preconceito precisam ser problematizadas e desmistificadas, porque o preconceito, enquanto algo que dizima o humano, destitui os indivíduos sociais de sua autonomia e de sua liberdade. Daí a importância de discutir a liberdade de orientação e expressão sexual no âmbito da formação profissional sendo imprescindíveis estudos mais aprofundados e abrangentes que possam contribuir criticamente na construção de articulações políticas e de pedagogias voltadas, ao mesmo tempo, para desestabilizar a heteronormatividade e para ensejar a ampliação das alianças com outros sujeitos coletivos – sobretudo com aquelas dispostas a construir uma sociabilidade e mais livre e, ainda, comprometidas com o avanço da democracia e da consolidação dos direitos humanos em uma perspectiva intransigentemente emancipatória.



Imagem: Mulheres correndo na praia – Pablo Picasso

É urgente que as pessoas se amem
 Sem vergonha e sem tristeza
 Que se amem com orgulho
 Com a alegria pagã da joie grega

É urgente que as pessoas não se escondam
 Por detrás das outras pessoas
 Das idéias das outras pessoas
 Dos muros espessos do medo...

É urgente que as pessoas se amem

É urgente partilhar o pão e o corpo
 Com a claridade da terra molhada
 Nas manhãs de sol.

É urgente assumir a verdade.

(É urgente que as pessoas se amem... Manuela Amaral)

3 O PAPEL DA UFRN NA DEFESA DA LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO E EXPRESSÃO SEXUAL

A busca por mudanças socioculturais perpassa algumas instituições sociais, e dentre elas, como já apontamos, está a universidade. Para que tais mudanças ocorram se faz necessário identificar, problematizar e enfrentar as dificuldades que se tem apresentado na defesa da liberdade de orientação e expressão sexual, enquanto mediações capazes de possibilitar resistência às mais variadas formas de opressões. E em cada momento histórico é necessário também apreender as determinações mais gerais postas pela sociabilidade que particularizam as instituições na vida cotidiana. Nosso pressuposto é de que as instituições são espaços contraditórios embora que os interesses dominantes consigam se representar com mais força, considerando a ideologia e um conjunto de condições objetivas favoráveis à reprodução do ethos burguês.

Data do seu surgimento, por volta do século XIII, que a universidade é considerada uma instituição social, ou seja, tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa; em outras palavras, significa dizer que a instituição se apreende imersa na divisão social e política, permeada por contradições conferidas por essa divisão e pela dinâmica da realidade, sempre mais complexa e extraordinariamente contraditória.

Entretanto, no capitalismo contemporâneo, marcado pela fragmentação das esferas da vida social, desde a fragmentação da produção até a destruição dos referenciais que balizaram a identidade de classe e as formas de luta, a universidade também sofre transformações. A sociedade passa a existir com uma rede móvel, instável e transitória de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares, competindo entre si (CHAUÍ, 2000).

Para a autora, uma organização se diferencia de uma instituição posto que, se define com outra prática social, se referindo a um conjunto de elementos comuns cujo alvo está na obtenção de objetivos particulares. A organização anseia

administrar¹⁶ a universidade aceitando como elemento bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, sendo que seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais. Não lhe compete debater ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso que para a instituição social universitária é decisivo, é para a organização, um dado de fato. Ela sabe por que, para que e onde existe (Idem, *Ibidem*).

A passagem da universidade da condição de instituição à de organização ocorreu em duas etapas consecutivas. Na primeira etapa, tornou-se universidade funcional, voltada para a formação aligeirada de profissionais requisitados com mão-de-obra qualificada para o mercado; já na segunda etapa, enquanto universidade operacional, é gerida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, estando estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, conseqüentemente, operacionaliza, e não atua, passando a sofrer sucessivas desmoralizações públicas e degradações internas; não podemos esquecer que a desmoralização da universidade pública está diretamente ligada ao discurso liberal da desresponsabilização estatal emergindo a idéia de que o público gera grandes gastos, desembocando a solução no ensino superior privado¹⁷.

A universidade operacional é o projeto de universidade apresentada pelas forças dominantes e implementadas pelo governo Federal ao seguir o receituário dos organismos internacionais. A política do Ensino Superior no Brasil insere-se na contra-reforma da educação. Neste espaço contraditório, diferentes projetos societários se expressam. O modelo hegemônico atual possui uma concepção de universidade que se volta para o atendimento das demandas do mercado em detrimento do pensamento crítico e de ações que levem ao conhecimento real das condições de vida e de trabalho da sociedade.

¹⁶ Observe que os termos “organização”, “administrar” e “competição” conferem à universidade um papel empresarial da educação superior, característico das reformas impostas pelas organizações mundiais em resposta à crise do capital.

¹⁷ Os dados apresentados calculam os gastos tomando as verbas anuais das universidades públicas dividindo-as pelo número de alunos tendo como resultado um valor muito alto, pois omite o fato de que nessas verbas estão incluídos hospitais universitários, centros de atendimento à população, centros de pesquisas, obras de infra-estrutura e aquisição de livros e equipamentos para laboratórios, além do salário dos inativos (CHAUÍ, 1999).

No processo de flexibilização do ensino superior, a docência é submetida a um conjunto de exigências, muitas das quais não preservam particularidades do trabalho docente e reforçam o pragmatismo e o produtivismo. A falta de condições objetivas tem levado em muitas universidades à redução da prática docente à mera transmissão de conhecimentos, registrados em manuais reduzidos e de fácil leitura para os discentes, submergindo a principal característica da docência, a formação. No caso da pesquisa, esta passa, prioritariamente, mas não exclusivamente, a ser considerada não como um processo investigativo, que exige reflexão, crítica, que enfrenta a ordem estabelecida, mas como estratégia de intervenção e de domínio de meios ou instrumentos para atingir um objetivo demarcado, sendo avaliada quantidade, relacionada ao custo benefício, pautada pela idéia da produtividade, em detrimento da qualidade. Ou seja, a universidade que temos se distancia progressivamente da produção do pensamento crítico e, neste sentido, obstaculiza a curiosidade e o entusiasmo que levam ao descobrimento do novo.

Do ponto de vista social, identifica-se que as profissões tendem majoritariamente à adesão passiva frente aos processos de exploração e opressão determinados pela sociabilidade do capital e com isto todo anseio de transformação histórica como ação consciente dos indivíduos em condições materialmente determinadas torna-se mais complexo e difícil.

Entretanto, esta não é a universidade que queremos. Entendemos que é necessária a construção de uma universidade com grande potencial contestatório da sociabilidade capitalista, capaz de integrar a luta pela emancipação humana ao cotidiano da formação profissional, pois, na “medida em que a sociabilidade gerada pela contradição entre capital e trabalho é contraditória, a possibilidade de uma oposição à hegemonia do capital também é uma possibilidade real” (TONET, 1999, p. 05). Por este motivo, a organização dos sujeitos coletivos no âmbito da universidade pública se faz tão necessários na atual conjuntura. Isto implica um conjunto de mediações capazes de levar os indivíduos ao conhecimento da realidade em suas determinações mais gerais e nas particularidades da vida cotidiana.

Neste universo, é possível identificarmos posicionamentos reprodutores do contexto ideológico. “Raça, etnia, gênero, orientação sexual e muitos outros itens

compõem a agenda de questões que, historicamente estão no alvo da intolerância, da não aceitação da diferença” (MESQUITA et. al., 2001, p. 01). O que se quer afirmar é que não apreender a universidade (e não apenas ela, bem como toda a sociedade) com um olhar plural, em torno da diversidade, pode resultar em uma grande dificuldade, colaborando, inclusive, para que a temática seja abordada de maneira distorcida através da ótica heterossexista, racista, dentre outras formas de opressão que são, muitas vezes, naturalizadas no universo das profissões e no cotidiano da vida social. Assim sendo, passaremos a analisar as particularidades da UFRN na defesa da diversidade sexual.

Embora a comunidade acadêmica, em sua maioria, acredite que esteja em um patamar superior ao restante da sociedade, reproduções cotidianas de preconceitos, de ações moralizantes são reproduzidos na universidade tendo sua sustentação em bases afetivas e irracionais amparadas na desinformação, na ignorância, no moralismo, no conservadorismo e no conformismo¹⁸, derivando em situações de opressão:

orquestrados pela heteronormatividade, os processos de construção de sujeitos compulsoriamente heterossexuais se fazem acompanhar pela rejeição da homossexualidade (LOURO, 1999: 27) expressa por meio de atitudes, enunciações e comportamentos, não raro, abertamente homofóbicos. Disto resulta que “homem que é homem bate em veado”. [...] Neste ambiente (e não só aqui), os processos de constituição de sujeitos e de produção de identidades heterossexuais produzem e alimentam a homofobia e a misoginia, especialmente entre os meninos e os rapazes. (JUNQUEIRA, 2009, p. 19)

O rompimento com a lógica institucionalizada se faz necessário pensando no aprimoramento da discussão entre todos os sujeitos envolvidos cotidianamente com as questões das opressões, pois, na luta contra o preconceito, fortalecer o debate sobre a diversidade junto aos sujeitos envolvidos é uma tática de enfrentamento. É partindo dessas demandas que surgem na UFRN grupos organizados na defesa da orientação e liberdade de expressão sexual.

¹⁸ Ibidem, p. 14

3.1 OS SUJEITOS COLETIVOS QUE ATUAM NA LUTA CONTRA A HOMOFOBIA/LESBOFOBIA/TRANSFOBIA

Embora não haja um banco de dados oficial na UFRN das expressões de homofobia/lesbofobia/transfobia, é possível identificar no cotidiano acadêmico agressões ocasionadas pela incapacidade de respeitar orientações sexuais que não seja a heterossexual. As agressões se propagam, dentre outros lugares, nos corredores, durante as disciplinas, nas residências universitárias e nas calouradas. O mais grave é que, no caso da violência contra os discentes, os resultados das agressões vão desde a desistência dos discentes vitimados – que acabam deixando para trás o sonho de formatura ou têm que conviver até com a agressão emocional e física. Na maioria das vezes as práticas de homofobia – ficam sem punição¹⁹ para os agressores – e isto faz com que as vítimas sejam ainda mais silenciadas.

Na contracorrente da heteronormatividade e como enfrentamento da violação de direitos resultantes desta, surge na UFRN grupos temáticos e projetos de pesquisa na defesa da livre orientação e expressão sexual, constituindo-se espaço de resistência considerando a universidade enquanto espaço de reconhecimento do direito à diversidade, uma das dimensões dos direitos humanos.

[...] a riqueza da experiência universitária não se esgota em aulas e/ou grupos de pesquisa. Ela ocorre também nos debates, nos encontros, nas trocas; na convivência diária; no repensar da correria, nas questões postas pelo mundo que nos rodeia. (SIQUEIRA, 2003, p. 09)

É importante registrar a existência da revista *Bagoas*²⁰ – Estudos Gays, gêneros e sexualidades. O periódico publica artigos decorrentes de estudos teóricos e pesquisas empíricas sobre gênero, sexualidade, homossexualidade, destacando espaço para os estudos gays, nomeadamente as reflexões sobre a homossexualidade, lesbianidade, transgêneros, conjugalidades e parentalidades

¹⁹ Lembrando que a punição só pode ocorrer mediante a denúncia e a comprovação da discriminação, o que dificulta ainda mais o processo, tendo em vista que muitos têm medo de denunciar e quando fazem, na maioria das vezes, não têm como provar.

²⁰ O periódico é uma publicação semestral do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. A revista circula na versão impressa e, igualmente, cada edição disponibilizada eletronicamente. FONTE: <<http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/>> Acesso em: 01 de junho de 2012.

homossexuais, identidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBTT. E também divulga trabalhos de teoria social, análises da política e reflexões sobre direitos humanos que constituam contribuições ao pensamento crítico.

3.1.1 Grupos organizados pela temática²¹

Sabemos que existem outros grupos na UFRN que suas lutas abrangem a defesa contra o preconceito relacionado à orientação e expressão sexual, como é o caso do Coletivo de Mulheres da UFRN (Ligado ao Diretório Central dos Estudantes – DCE), o grupo Trabalho, Ética e Direitos que inclui no seu âmbito o grupo “E agora, Marias?” e os Centros Acadêmicos. Entretanto, estabelecemos como critério apreender grupos que tragam na sua nomenclatura a temática da orientação sexual de forma direta e que sejam identificados por trabalharem esta questão, apresentando, assim maior visibilidade quanto à temática envolvida. Para a coleta de dados, procedemos investigação no SIGAA e em espaços eletrônicos dos próprios grupos.

❖ **Grupo Universitário em Defesa da Diversidade e Expressão das Sexualidades – GUDDDES/RN²²**

No dia 17 de maio de 2010, dia mundial de combate à homofobia, o GUDDDES - Grupo Universitário em Defesa da Diversidade e Expressão das Sexualidades do RN - deu início às suas atividades. Estudantes de diferentes faculdades e universidades estiveram presentes durante todo o ano junto ao grupo nos propósitos a qual ele se refere. Integrantes do Grupo participaram do Fórum LGBT Potiguar da Parada LGBT de Natal, do I Encontro da Rede Nordeste LGBT e I Encontro Regional Nordeste da Articulação Brasileira de Lésbicas. Integraram, ainda, a comissão de organização do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos Humanos da UFRN, do V Congresso da ABEH na UFRN, do 8º Encontro Nacional de Universitários Pela Diversidade Sexual em Campinas/SP, da I Marcha Nacional LGBT contra a Homofobia em Brasília/DF e da

²¹ As informações aqui apresentadas foram buscadas nas páginas eletrônicas dos grupos.

²² Fonte: <http://www.guddes.xpg.com.br/>

criação e implantação da Comissão da OAB/RN de Diversidade Sexual (CDS) no Rio Grande do Norte.

O grupo luta pela cidadania plena e educação crítica dos LGBTIH – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersex e Heterossexuais, denunciando publicamente todas as manifestações de preconceito e discriminação sofridas em detrimento da identidade de gênero ou da orientação sexual desses indivíduos. E é constituído pelo conselho diretor, que inclui diretor executivo, administrativo e de programas e projetos, e pelo conselho fiscal.

❖ **Núcleo Interdisciplinar em Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos Humanos – TIRÉSIAS²³**

Sua criação foi aprovada em maio de 2010 pelo Conselho Universitário (CONSUNI), após tramitação nos Departamentos, Centros, Conselho Administrativo (CONSAD) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). O núcleo conta com a participação, entre seus membros permanentes, de professores doutores, de departamentos, todos com pesquisas, estudos e ativismos na área de gênero, sexualidade e Direitos Humanos; estudantes de graduação e pós-graduação e pesquisadores associados de instituições de ensino superior de várias universidades. Funciona como espaço para estudos, pesquisas, diagnósticos, intervenção e difusão de questões relacionadas à diversidade sexual, à equidade de gênero e à garantia e ampliação dos Direitos Humanos.

Tem como objetivo realizar pesquisas, ensino e trabalho de extensão nas áreas de Direito e Justiça, Saúde, Ciências Humanas e Sociais, Educação, Gênero, Arte, Literatura e Cinema relacionados à cidadania LGBTT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis. Além de desenvolver mecanismos de divulgação contra discriminação homofóbica e violência de gênero, com trabalho de ações educativas de formação de cidadania. Divide-se nas linhas de pesquisa: Globalização, movimentos migratórios e territorialidades; Instituições, práticas, poder e violência; Identidades, performances e subjetividades; Crítica, conhecimento e teoria social; Práticas discursivas e produção de sentido.

²³ Fonte: <http://www.nucleotiresias.ufrn.br/index.php>

Esses grupos ainda estão consolidando sua atuação no universo acadêmico e na sociedade de modo mais amplo. Realizaram desde que foram criados vários espaços de debate e de socialização de reflexões que contribuem na defesa dos direitos LGBT. Apesar disso, admite-se a necessidade de aprofundamento da intervenção dos grupos na perspectiva de fortalecer a temática e a defesa dos direitos humanos relacionados ao segmento LGBT.

3.1.2 Projetos de Pesquisa²⁴

Ao ser acatada e também ensinada ativa e/ou passivamente²⁵, pelo desprezo, pelo isolamento e pela imposição do ridículo, a violência contra a população LBTT adquire evidentes contornos institucionais, tornando indispensáveis pesquisas que permitam apreender profundamente a dinâmica da sua produção e reprodução.

Sendo a teoria (MARX, 1982 apud NETTO, 2009, p. 673) a “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa”, mais do que nunca, a conjuntura atual, demanda aos docentes um processo investigativo para além de índices, estatísticas, coleta de dados e informação, possibilitando a análise do movimento histórico, reconhecendo a existência da dimensão ontológica do ser social que se expressa na centralidade do sujeito e na ética.

Para delimitar o nosso universo de pesquisa, elencamos os projetos de pesquisa em execução que possuem entre os seus objetivos os termos “orientação sexual”, “homofobia”, “diversidade sexual” e “preconceito”, atuantes na defesa da luta contra o preconceito relacionado à orientação e expressão sexual.

❖ **Direitos Humanos e Diversidade Sexual: um mapeamento crítico de Políticas de promoção à saúde para a população LBTT no município de Santa Cruz-RN**

Coordenadora: Anne Christine Damásio

Centro: Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi – FACISA

Área de conhecimento: Antropologia

²⁴ As informações apresentadas foram extraídas do banco de dados do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, no período de 01 a 04 de maio de 2012.

²⁵ Chamamos de homofobia passiva aquela que quando determinado indivíduo toma conhecimento da prática homofóbica, não reage de maneira a impedi-la, a amenizá-la.

Grupo de pesquisa: Grupo Interdisciplinar de Estudos em Ciência, Saúde e Sociedade

Linha de pesquisa: Saúde e sociedade

Email: annecdamasio@yahoo.com.br

Descrição: “Foi elaborado com a ideia de que a capacitação/formação de profissionais da saúde para o respeito à diversidade sexual, à igualdade de gênero e o combate à homofobia é, hoje, uma prioridade no Brasil, sobretudo quando consideramos a construção/promoção de políticas públicas de saúde pelos protagonistas das ações de uma maneira geral, a saber: profissionais de saúde (discentes, docentes, gestores, servidores públicos, colaboradores). A pesquisa em questão pretende investigar as representações sociais presentes nos discursos dos profissionais da saúde, no que tange a incorporação da diversidade de orientações sexuais nos usuários dos serviços de saúde, na medida em que observa-se que o atendimento é prestado, muitas vezes, sem levar em conta as diferenças de orientação sexual, seguindo um formato único, fundado na própria noção de heteronormatividade. Dessa feita, a pesquisa representará uma oportunidade de identificar e compreender a experiência de atendimento em saúde na população LGBTT no município de Santa Cruz-RN, além de contribuir na formação de discentes na área de saúde no que tange a sensibilização dos mesmos, e, por conseguinte, na disseminação de ações humanizadoras voltadas para a população em geral, e para essa parcela da população em especial. As ações objeto do presente projeto suscitarão, seguramente, o aprofundamento da discussão acerca das identidades de gênero, das orientações sexuais, da homossexualidade, transgenericidade, bissexualidade etc., enfocando seus aspectos antropológicos, sociológicos e históricos, aplicados a área da saúde, com vistas à construção e efetivação da perspectiva transdisciplinar.”

❖ **Sociabilidade, Direitos e Orientação Sexual: entre a identidade e a opressão**

Coordenadora: Silvana Mara de Moraes dos Santos

Centro: Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Área de conhecimento: Serviço Social

Grupo de pesquisa: Trabalho, Ética e Direitos - GEPTED

Linha de pesquisa: Ética, Gênero, Cultura e Diversidade

Email: silufnr@gmail.com

Descrição: “Sociabilidade, Direitos e Orientação Sexual: entre a identidade e a opressão constitui o objeto de estudo desta pesquisa. Este projeto está vinculado ao departamento de Serviço Social através do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED) e as atividades da pesquisa intitulada “Características e Tendências contemporâneas da Política Social e na América Latina: concepção, gestão, controle democrático e financiamento” do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD/CAPES, Edital 01/2005, projeto tipo I, aprovado no ano de 2006, envolvendo 07 grupos de estudos e pesquisa na área do Serviço Social no Brasil das seguintes universidades: 04 grupos na UNB, 01 grupo na UERJ, na UFSC e na UFRN por meio do GEPTED. Como integrante do PROCAD-CAPES, o presente projeto tem como objetivo caracterizar os processos de luta pela defesa dos direitos da população LGBT (identificação dos sujeitos; reivindicações; táticas e formas de organização; opositores, aliados e principais conquistas). A perspectiva de análise está estruturada na abordagem de totalidade da vida social em que o objeto de estudo é apreendido e analisado a partir das determinações mais gerais da sociabilidade. Entre a identidade e a opressão parte do pressuposto de que se por um lado a orientação sexual não heterossexual tem sido fonte de opressão, considerando obstáculos postos na sociedade capitalista para o reconhecimento e valorização da diversidade humana que resulta na violação dos direitos; por outro lado, conduzir a vida afetivo-sexual em sintonia com sentimentos e desejos dos indivíduos significa promoção da identidade. E, neste sentido, não prevalece estados absolutos de opressão nem de identidade quanto a questão da orientação sexual.”

❖ **Honra, Homofobia e Misoginia: o caso Genildo Ferreira da França**

Coordenadora: Berenice Alves de Melo Bento

Centro: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Área de conhecimento: Outras Sociologias Específicas

Grupo de pesquisa: Gênero, Corpo e Sexualidade

Linha de pesquisa: Sexualidade e gênero

Email: berenice_bento@yahoo.com.br

Descrição: “Em maio de 1997, 14 pessoas (homens e mulheres) foram assassinadas no povoado de Santo Antônio do Potengi/RN pelo comerciante Genildo Ferreira de França. Depois de matá-las, cometeu suicídio. Segundo relatado em todos os grandes jornais do país à época, o seu ódio foi desencadeado pelos “boatos” que diziam que ele era gay. A impossibilidade do autor dos crimes conviver com esses comentários e encontrar na violência o mecanismo de “purificação” e resgate da masculinidade, pode abrir algumas possibilidades explicativas para a forma como são produzidos e reproduzidos os valores estruturantes das masculinidades. Neste caso, as antinomias honra/desonra, fama/infâmia e vida/morte se apresentam como forças reguladoras do social. O que significa perder a honra? Como resgatá-la? Ao contrário dos “crimes de honra” que atravessam a história do Brasil, aqui não se trata de um homem que matou uma mulher, mas de um homem que matou várias pessoas e se suicida. A desonra era ser considerado gay. A violência desencadeada parece apontar que a vergonha foi motivada por sua identificação com o feminino. Por outros atalhos, chegamos ao feminino como um campo emotivo e performático que degrada a condição masculina. Interessa investigar os mecanismos sociais postos em ação para produzir a identidade masculina nessa comunidade. A contribuição dessa pesquisa pode está em discutir a posição que o feminino ocupa na hierarquia dos gêneros vinculando-a não diretamente às mulheres, mas ao feminino deslocado desses corpos. No código de honra estruturante desse modelo, o projeto de construção de homens viris está diretamente vinculado a negação sistemática do feminino como referente para identificação. Estas verdades normatizam a vida e a relação entre os gêneros, para além de orientações sexuais singulares. O caso Genildo é um daqueles ocorridos privilegiados, “prenhes de significado, capazes de desnudar dimensões sociológicas, políticas e simbólicas até então mal percebidas (...)” (Ramos, 1995:9). Mas o caso não fala por si. Ele é um dos efeitos dos múltiplos discursos que produzem a masculinidade inteligível. Dessa forma, é necessária uma investigação mais focalizada do meio social que o produziu, buscando interpretar os discursos para os gêneros e sexualidades e tentar compreender porque um indivíduo “preferiu” matar e morrer a ser reconhecido como um desviante do padrão social definido como normal. Outra questão que me interessa analisar são os efeitos da homofobia internalizada e que aqui se materializam tramaticamente. Não se trata de agredir

outra pessoa porque ela é homossexual, efeito visível da homofobia, mas de eliminar fisicamente os que ousaram duvidar de sua masculinidade e, simultaneamente, retirar a própria vida, pois, seria uma vida impossível, inviável em um meio social que condiciona a masculinidade à ausência de qualquer indicador de feminilidade. O objetivo geral da pesquisa é compreender quais os códigos de honra são estruturantes das práticas dos homens. A honra pode ser tratada pelo menos em dois níveis: o primeiro na esfera das normas, ou dos saberes eruditos (concepções religiosas, filosóficas e legais), e no segundo nível, nas práticas sociais, com recortes empíricos múltiplos.”

❖ **O olhar dos travestis e transexuais sobre a qualidade da assistência de enfermagem**

Coordenadora: Rejane Millions Viana Meneses

Centro: Centro de Ciências da Saúde

Área de conhecimento: Enfermagem de Saúde Pública

Grupo de pesquisa: Ações promocionais e de atenção a grupos humanos em Saúde Mental e Saúde Coletiva

Linha de pesquisa: Saúde coletiva

Email: rejmillions@hotmail.com

Descrição: “A sexualidade humana é exercida desde o nascimento até a morte e se expressa através das sensações internas, conflitos e relacionamentos sociais, não está ligada a uma lógica binária e extrapola categorias dicotômicas de homossexualidade e heterossexualidade. É natural para a maioria das pessoas e por isso vem historicamente sendo reprimida principalmente quando o exercício do sexo ocorre fora do casamento ou foge da idéia da reprodução. Nesse contexto surgem a discriminação e o preconceito, uma vez que todos os que estão fora do padrão sexual, pessoas gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e simpatizantes (GLBTTS), estão em desacordo com o que é imposto pela sociedade e esta por sua vez os rejeitam. Apesar de não ser nova a discussão sobre preconceito e discriminação a bibliografia sobre tais males contra pessoas de orientação sexual diferentes de heterossexual é insuficiente, como também as políticas públicas. Existem várias formas de preconceito e de discriminação sendo bem evidentes os casos contra travestis e transexuais, os quais por isso, em sua grande parte, têm suas possibilidades de inserção social comprometida, bem como restringidos seus direitos básicos de cidadania. Nesse contexto, sabendo que é a

enfermagem que estabelece, na maior parte do tempo, a relação com os usuários dos serviços de saúde, surge o questionamento: os travestis e transexuais acham que estão sujeitos ao preconceito e discriminação por parte dos profissionais da enfermagem? O interesse por tal problemática surge diante da escassez de produção científica sobre preconceito e discriminação contra indivíduos travestis e transexuais no âmbito da saúde, focando a enfermagem, pois quando se trata da assistência de enfermagem a esse grupo a literatura científica se mostra ainda mais carente. Nesse contexto, o presente trabalho se propõe a investigar como é a relação entre enfermeiro ou enfermeira com os usuários travestis e transexual na visão desses. Portanto, pretende descrever a percepção de pessoas travestis e transexuais sobre a qualidade da assistência de enfermagem prestada nos serviços de saúde de forma qualitativa, descritiva e exploratória utilizando a História Oral de pessoas Travestis e Transexuais de uma Organização Não Governamental GLBTTS. Com o intuito de contribuir com a melhoria da assistência de enfermagem a essa parcela da população, bem como para o crescimento da profissão”.

Essas pesquisas certamente trazem resultados que possibilitarão reflexão sobre a homofobia na vida social e no cotidiano acadêmico. Apresentam referencial teórico-metodológico distintos, bem como a área de conhecimento dos pesquisadores. Destacam, dentre outras questões, a relevância de estudos no Rio Grande do Norte como forma de apropriação da realidade local; a relação entre orientação sexual e as profissões e a questão da violência como forma instituída no cotidiano dos indivíduos LGBTs, mas o número de áreas envolvidas ainda é restrito, se reduzindo às Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Refletir sobre essas questões é muito importante para o enfrentamento da homofobia, lesbofobia e transfobia.

3.2 PRÁTICAS DE HOMOFOBIA NO COTIDIANO UNIVERSITÁRIO

A função social da universidade, enquanto aparelho de hegemonia, constitui lugar de correlação de forças no qual se provoca processos de socialização constante, seja para colaborar para a manutenção da ideologia liberal-burguesa, ou para transgredi-la. Nesta socialização práticas homófobas infelizmente são

freqüentes nesse espaço, quer seja na relação professor-aluno²⁶, aluno-aluno, professor-professor, técnico administrativo-aluno e assim por diante. Para Junqueira,

É acaciano dizer que tais dificuldades tendem a ser ainda maiores se pessoas homoeróticas e/ou com identidade ou expressão de gênero fora do padrão convencional pertencerem ainda a outros setores também discriminados e vulneráveis (mais pobres, menos letrados, identificarem-se como mulheres, negros, indígenas, soropositivos, possuidores de uma assim dita deficiência física ou mental etc.) e não puderem (ou não quiserem) manter um estilo de vida sintonizado com a celebração hedonista do “ser jovem” e ter um corpo “sarado”. (2009, p. 25)

Neste sentido, a universidade se configura, também, em um ambiente de opressão e de discriminação no qual e em torno do qual existe um inquietante quadro de violências quando o assunto são os sujeitos que escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade, gerando a negação, a autculpabilização, sendo adotados como “minorias” e colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se ambicione para a maioria.

Segundo afirma Heller (1992, p. 48), “crer em preconceitos é, cômodo porque nos protege de conflitos, porque confirma nossas ações anteriores”, com isso os agressores se prevalecem e reproduzem a homofobia independente da função exercida na instituição.

Conforme dito no item 3.1, tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, insultos, constrangimentos, ameaças e agressões físicas têm sido uma constante na universidade. Para aclarar como estes se expressam, optamos por apresentar um caso que recebeu visibilidade midiática e que ocorreu na UFRN.

No início de cada semestre letivo, a UFRN organiza uma festa para recepcionar os novos alunos, conhecidos como calouros, apresentando a universidade e integrando-os aos demais estudantes, ou ainda, veteranos. A calourada²⁷ é um evento tradicional nas universidades brasileiras. Essa prática existe, sobretudo, em universidades e faculdades, porém, pode ocorrer em escolas

²⁶ Estas relações incluem não apenas o sexo masculino, bem como o feminino; a questão emerge, dentre outros fatores, quando os sujeitos não se identificam com seu sexo biológico.

²⁷ Fonte: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Calourada>> Acesso em: 15 de junho de 2012

de ensino médio, quando para ingressar nessas, é necessário ser aprovado em um processo seletivo.

Na calourada do semestre letivo 2011.1, que ocorreu no dia 21 de fevereiro de 2011 no anfiteatro da Praça Cívica do Campus Central, a UFRN realizou a sua já conhecida festa de boas-vindas. Como já é um festejo conhecido e é aberto à população, a festa não abrange apenas os “calouros” e os “veteranos”, abrange também pessoas que não são vinculadas à UFRN. Com shows, bebidas, paredões de som²⁸ e centenas de pessoas, havia a demanda de uma estrutura que possibilitasse o bem estar de todos e de todas. Entretanto,

considerando que homens e mulheres só podem conviver em sociedade, a discriminação sempre ocorrerá em relação ao outro, portanto, a discriminação é fruto das relações sociais que estabelecemos através da reprodução de desvalores que, por vezes, incorporamos acriticamente no nosso cotidiano. As várias facetas do preconceito se manifestam em vários lugares, revelam-se na família, na escola, na igreja, no trabalho, nos partidos, nos sindicatos, nos movimentos, nas ruas, nos bares... (MESQUITA et. al., 2001, p. 16, grifo nosso)

Este posicionamento se fez fato na calourada. Uma estudante do curso de administração da UFRN e sua namorada foram agredidas com ofensas, constrangimentos, ameaças e agressão física. Segundo as reportagens da época, o então reitor José Ivonildo do Rêgo afirmou que o setor de vigilância não registrou nenhuma ocorrência ou reclamação na noite da agressão e autorizou que os vigilantes fizessem uma busca nas imagens do circuito interno da UFRN para tentar identificar o agressor, embora depois tenha reconhecido que a única câmera que deveria ter registrado o fato, encontrava-se desligada, o que dificultaria ainda mais a identificação dos agressores.

Tudo aconteceu no instante em que a estudante estava acompanhada de sua namorada e mais dois amigos, próximo ao anfiteatro da universidade, na área que ficam os paredões de som. Quando os dois amigos se afastaram para cumprimentar conhecidos em outro local, as duas foram dançar e começaram a trocar beijos, procedimento absolutamente comum entre casais de namorados heterossexuais.

²⁸ Os paredões de som ficam localizados no estacionamento da calourada junto aos carros de lanche, à margem da festa organizada, mas que continua sendo na área física da instituição; portanto, também de responsabilidade dela.

Segundo a vítima em entrevista ao Jornal Diário de Natal²⁹,

Quando começamos a nos beijar fomos abordadas por quatro rapazes bem aparentados, que começaram a soltar piadas em tom de deboche. Eles ameaçaram filmar o nosso momento de descontração e um deles falou várias ofensas no meu ouvido. Eu afastei minha namorada do tumulto e fui tirar satisfações com ele. Foi aí que ele me agrediu, me jogou em cima de uma mesa e começou a me dar murros e tapas. [...] Ele só parou de bater na gente quando os amigos que estavam com ele tiraram ele de lá.

Diante da bárbara situação, as jovens entraram em contato com a Polícia Militar, que chegou ao local depois da fuga do agressor e do grupo que o acompanhava na calourada. Embora as diligências tenham sido desempenhadas na área, eles não foram encontrados e as vítimas foram aconselhadas a fazer um Boletim de Ocorrência (B.O.) na delegacia. Para as vítimas, o mais importante era que o caso fosse registrado pela imprensa para que outras agressões motivadas pela homofobia não voltassem a ocorrer impunemente.

O art. 5º da Constituição Federal é claro: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Que “direito” é esse que impede as pessoas de se expressarem livremente? Que “liberdade” é essa que reconhece apenas a heterossexualidade compulsória como forma de amar, instituída por um sistema de dominação ideológico perverso?

O produto desta sociabilidade nós já conhecemos. São pessoas que negam a livre orientação e expressão sexual, que, sobretudo, impõem a intolerância, a violência psicológica e física resultando, cotidianamente, na impunidade. E este, infeliz e indigno fato é o que assistimos também na universidade.

²⁹ Edição de 23 de fev. de 2011.

FONTE: <http://www.diariodenatal.com.br/2011/02/23/cidades3_0.php> Acesso em: 12 de março de 2012.

3.3 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA EM ENFRENTAMENTO À HOMOFOBIA

A violência narrada no item anterior provocou grande indignação nos sujeitos coletivos que atuam na defesa da liberdade de orientação e expressão sexual. Em apoio às garotas e contra a violência sofrida pela população LGBTTT foram expressas manifestações das mais variadas formas.

Por meio de carta de repúdio³⁰ direcionada à comunidade acadêmica da UFRN, o Grupo Universitário em Defesa da Diversidade e Expressão das Sexualidades (GUDES), solicitou

às autarquias que providências sejam tomadas a fim de apurar os fatos, combater atos desta natureza e punir os agressores, pois a omissão pode ser entendida como conivência a atitudes que ferem a dignidade e os princípios universais e humanos que a UFRN preza e defende.

Disse ainda que,

mesmo com o que cabe a todos no direito de ir, vir e estar junto de quem lhes for apazível, infelizmente as vítimas contaram com pouquíssimo apoio dos presentes e menos ainda das autoridades policiais de dentro e de fora do campus. Sobrou a elas somente a indignação e o desrespeito aos direitos de igualdade e à diversidade.

O Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS) também construiu uma carta que foi entregue no gabinete do então reitor solicitando à reitoria “informações sobre como o caso estava sendo solucionado e quais as medidas educativas e preventivas que estavam sendo tomadas contra a homofobia/lesbofobia/transfobia dentro da UFRN”. O documento foi finalizado com as seguintes palavras de ordem: “Basta de violência contra a mulher! Basta de lesbofobia! Punição e expulsão aos agressores! Pelo fim da opressão! Pela criminalização da homofobia! Não nos calaremos!” É importante destacar que esta carta, até o momento, não foi respondida.

Em resposta à homofobia sofrida pelas estudantes, o Coletivo de Mulheres da UFRN, com a colaboração do GUDES, do Grupo afirmativo de Mulheres Independente (GAMI) e da Marcha Mundial das Mulheres, no dia 3 de março de 2011, realizou no Centro de Convivência da UFRN um protesto. Cerca de 30 pessoas participaram da manifestação portando cartazes e exigindo respeito.

³⁰ Ver anexo



Imagem 2: Adriano Abreu
Fonte: Tribuna do Norte

O Núcleo Tirésias e o GUDDDES realizaram um debate sobre a “Diversidade sexual na UFRN”, no dia 25 de março do mesmo ano, no auditório B do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN. O evento teve como objetivo debater casos de agressão física, mais precisamente, sobre o caso de agressão contra as estudantes durante a calourada.

Sobre o ocorrido, a reitoria divulgou apenas uma nota repudiando a agressão, dizendo que esse tipo de atitude é incompatível com o espírito universitário e um desrespeito às diferenças e à pluralidade. Entretanto, a posição da mesma em divulgar apenas uma nota, sem demonstrar real interesse em buscar os culpados pela agressão, é uma atitude que, infelizmente, nega as reais e urgentes possibilidades de enfrentamento do preconceito e discriminação por orientação sexual na universidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atingimos o fim do nosso trabalho, contudo a complexidade das temáticas abordadas – universidade, sujeitos coletivos e homofobia – exige de nós o reconhecimento de que ainda há muito a percorrer.

A realidade do objeto de estudo é complexa e carregada de questões, que anseiam serem divulgadas, discutidas e analisadas. No desígnio da pesquisa apreendemos que a universidade é uma instituição dinâmica, multifacetada e atrelada às determinações econômicas e socioculturais de cada tempo histórico.

Considerando o objeto de estudo enquanto acesso que facilita penetrar na complexidade do real, foi realizado o mapeamento dos sujeitos coletivos que tematizam a defesa da liberdade de orientação e expressão sexual, e por meio deste, foram analisadas suas contribuições na UFRN.

Os resultados da pesquisa possibilitam identificar que o rompimento com a heteronormatividade e conseqüentemente com a lógica institucionalizada que obstaculiza o respeito à diversidade, permanece um grande desafio na UFRN. Os sujeitos coletivos desenvolvem estratégias, sendo as principais: notas públicas de denúncias; promoção de debates; desenvolvimento de estudos e pesquisas; e passeatas no campus central da UFRN.

Posto que, na luta contra o preconceito, fortalecer o debate sobre a diversidade sexual junto aos indivíduos é uma estratégia de fortalecimento contra a violência sofrida pela população LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis) e parece ser esta a principal contribuição da UFRN.

É importante lembrar que, nos momentos finais do TCC mais um ato de homofobia na UFRN chamou atenção da sociedade. No dia 20 de abril do presente ano, Leilane Assunção, transexual, doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/UFRN e participante ativa do Núcleo Interdisciplinar Tirésias, foi impedida de utilizar o banheiro feminino do andar térreo do Departamento de Artes (DEART/UFRN).

A estudante foi abordada por uma agente de segurança interna da UFRN, serviço terceirizado pela universidade, que tentou impedi-la de usar o banheiro feminino, tratando-a no masculino e deixando claro que aquele não era o seu lugar. Como a Leilane afirmou que era um direito dela usar o banheiro feminino, foi quando a agente buscou esforços contra Leilane. Mais três supostos funcionários chegaram ao local. Um dos homens ficou em silêncio, o segundo chamou mais seguranças do campus e o terceiro afirmava que "iria arrancar a cabeça da Leilane e que lhe cortaria inteira em pedaços"³¹. E novamente, a heteronormatividade imperou no ambiente acadêmico.

Considerado o estopim da crítica situação, e com a aproximação do dia 17 de maio, Dia Internacional da Luta Contra a Homofobia, mais uma vez, os grupos entraram em ação para dar visibilidade à violência existente dentro da UFRN contra a sua população LGBTT.

No dia 29 de maio, foi concretizado um ato que já vinha sendo discutido para ser realizado no dia 17 de maio, mas que não ocorreu por causa da greve dos rodoviários³². O dia 29 foi pensado estrategicamente, haja vista que no mesmo período estava sendo realizado o XVII Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).

Em passeata saindo da Praça do CCSA até o Restaurante Universitário, munidos com panfletos, mural, estatísticas, palavras de ordem, recital e a bandeira LGBTT, professores do Departamento de Serviço Social (DESSO/UFRN), representantes da Consulta Popular, do Levante Popular da Juventude, do Conselho Regional de Serviço Social/RN (CRESS/RN) e da Assembléia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL) exigiram um basta à impunidade resultante dessas agressões por parte da reitoria, também reconhecendo a necessidade de, sobretudo, um trabalho contínuo e sólido junto à comunidade universitária voltado

³¹ FONTE: Núcleo Interdisciplinar Tirésias, por meio de email assinado pela coordenadora do grupo, profa. Berenice Bento. Enviado em 24 de Abril de 2012.

³² Como fazemos parte da sociedade, é importante ressaltar o motivo da greve dos rodoviários. A mesma ocorreu por causa do alto índice de assaltos aos trabalhadores da categoria no exercício da profissão e pelos baixos salários. Embora a luta seja de todos, a maioria da população reproduz a lógica liberal-burguesa, com o discurso de que "a estratégia deve ser outra, pois a paralisação dos ônibus não é eficaz e atrapalha o andamento da cidade".

para a construção de um ambiente acadêmico que tenha como fundamento das relações sociais o respeito total à diversidade característica do humano.

À guisa de conclusão, entendemos que mesmo que as ações realizadas pelos sujeitos coletivos que atuam contra homofobia na UFRN não alterem, ao nosso ver, a essência da forma capitalista da sociabilidade, elas são importantes e assim, extremamente necessárias.

Temos visto se consolidar uma visão segundo a qual a universidade não apenas transmite ou constrói conhecimento, mas o faz reproduzindo padrões sociais, perpetuando concepções, valores e clivagens sociais, fabricando sujeitos – seus corpos e suas identidades – legitimando relações de poder, hierarquias e processos de acumulação.

Por este motivo consideramos serem imprescindíveis estudos mais aprofundados e abrangentes que possam contribuir criticamente na construção de articulações políticas e de pedagogias voltadas, ao mesmo tempo, para desestabilizar a heteronormatividade e para ensejar a ampliação das alianças com outros sujeitos coletivos – sobretudo com aquelas dispostas a construir uma sociabilidade e mais livre e, ainda, comprometidas com o avanço da democracia e da consolidação dos direitos humanos em uma perspectiva intransigentemente emancipatória.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética, Direitos Humanos e Diversidade. In **Cadernos Especiais** n.37, 2006. Disponível em: <www.assistentesocial.com.br> Acesso em: 20 de julho de 2009.
- _____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 165-184.
- BEHRING, Elaine Rossetti; **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e a perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008. 2. ed.
- _____; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão Social e Direitos. In **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. p. 267-283.
- BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. O capitalismo contemporâneo. In.: **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2010. 6. ed. p. 210-241.
- BRUNO, Lúcia. Reorganização econômica, reforma do Estado e educação. In: **Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90** (Org. Ângela Maria Hidalgo e Ileizi Luciana Fiorelli Silva). Londrina: Editora UEL, 2001.
- CAVALCANTE, Maria Lenira Gurgel. **Movimento Estudantil e Serviço Social no capitalismo contemporâneo: tendências e particularidades**. 191 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade hoje. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 58, 2000. p. 67-70. Disponível em: <http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_50_160.pdf> Acesso em: 20 de março de 2012.
- _____. Universidade em liquidação. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 jul. 1999. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/node/3035>> Acesso em: 28 de março de 2012.
- _____. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Set-dez, n. 24. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2003. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/275/27502402.pdf>> Acesso em: 28 de março de 2012.

COGGIOLA, Osvaldo. **Contra essa reforma universitária**. Folha de São Paulo. 2004. Disponível em: <www.iq.unesp.br/Home/pet/texto10.doc> Acesso em: 20 de abril de 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 01/1999**. Brasília (DF), 1999.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução 489/2006**. Brasília (DF), 2006.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LEHER, Roberto. UM NOVO SENHOR DA EDUCAÇÃO? Disponível em <<http://boletimef.org/biblioteca/185/Leher-Artigo>> Acesso em 07 de março de 12.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 13-51.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 85-93.

MADRID, Daniela Martins; MOREIRA FILHO, Francisco Carlos. **Conceituando homossexualidade**. Disponível em <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1645/1568>> Acesso em: 07 de junho de 2012.

MAUÉS, Olgaíses. Reforma Universitária ou a modernização mercadológica das universidades públicas. In: Revista Universidade e Sociedade. Brasília: ANDES, 2004.

MELO, Adriana Almeida Sales. Características da mundialização da Educação. Neoliberalismo e Social-Democracia no Brasil de Hoje. In: **Educação, Ciência e Desenvolvimento Social** (Org. Ronaldo Marcos de Lima Araujo). Belém: EDUFPA, 2006.

MESQUITA, Marylucia; RAMOS, Sâmya Rodrigues. SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social**. Disponível em: <http://www.cpihts.com/2003_10_19/Mary%20Silvana.htm>. Acesso em: 08 de maio de 2012.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Marxismo e Direitos Humanos. In **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 157-168.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. p. 667-699.

_____. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis** (ABEPSS), Brasília, p. 41-50, 2001.

Pesquisa FONAPRACE. Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras. 2011. Disponível em: <
http://www.fonaprace.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=75:perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao-das-universidades-federais-brasileiras&catid=35:nacional&Itemid=58> Acesso em: 17 de maio de 2012.

PINTO, João Bosco. **O projeto de dissertação: Sugestões para sua elaboração**. Recife: 1992.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na perspectiva dos Direitos Humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 53-83.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Direitos, desigualdade e diversidade. In **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 64-86.

_____. Direitos Humanos, dominação ideológica e resistência. **Revista Inscrita** (CFESS). Ano 8, n. 11 Brasília: CFESS, 2009a, p. 29-36.

_____. Questões e desafios da luta por direitos. **Revista Inscrita** (CFESS). Ano 7, nº 10 Brasília: CFESS, 2007, p. 25-30

_____. Há necessidade dos Direitos Humanos para a formação de uma cultura política emancipatória? **Temporalis** (ABEPSS), Brasília, ano 3, n. 5. p. 23-39, 2002.

_____. O pensamento de esquerda e os limites da luta pela liberdade de orientação sexual. **Presença Ética**, Recife, ano 3, n. 3. p. 86-106, 2003.

SIQUEIRA, Angela Carvalho de. Organismo internacionais e reforma universitária do governo Lula. 2003. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?q=organismos+internacionais+e+reform+universit%C3%A1ria+do+governo+lula&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a>> Acesso em 12 de maio de 2011.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade**: uma história. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TRINDADE, José Damião de Lima. Os Direitos Humanos na perspectiva de Marx e Engels: Emancipação política e emancipação humana. São Paulo: Alfa e Ômega, 2011.

TONET, Ivo. Educação e Concepções de Sociedade. **Revista Universidade e Sociedade**. Brasília, DF. v. 9, nº19, 1999. Disponível em <<http://www.ivotonet.xpg.com.br/>> Acesso em 07 de março de 12.

_____. Educação e emancipação humana. IN **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 127-152. Disponível em <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf> Acesso em 07 de março de 12.

_____. A educação numa encruzilhada. Disponível em <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/A_EDUCACAO_NUMA_ENCRUZILHADA.pdf> Acesso em 20 de janeiro de 12.

ANEXOS



Natal-RN, 22 de fevereiro de 2011.

À

Comunidade Acadêmica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

CARTA DE REPÚDIO

O Guddes vem explanar o repúdio perante as atitudes de violência cometidas contra duas alunas, mulheres e lésbicas que, no exercício de sua cidadania e no direito de expressar livremente sua afetividade, foram mutuamente hostilizadas e sofreram agressões físicas dentro do espaço da UFRN, na ocasião da recepção dos calouros, ocorrida nesta segunda-feira, 21, especificamente na Praça Cívica do Campus, nos arredores da instalação da concha acústica deste local.

O agressor, provável aluno desta instituição de ensino, desrespeitou o casal com provocações e insultos, praticando em seguida, o que podemos chamar de ato homofóbico literal, ao empurrar, bater e insistir na agressão contra as duas parceiras. Este homem, em seu ato de covardia, fugiu, após ferir física e moralmente duas pessoas que não estavam cometendo qualquer ato minimamente repreensivo.

Mesmo com o que cabe a todos no direito de ir, vir e estar junto de quem lhes for aprazível, infelizmente as vítimas contaram com pouquíssimo apoio dos presentes e menos ainda das autoridades policiais de dentro e de fora do campus. Sobrou a elas somente a indignação e o desrespeito aos direitos de igualdade e à diversidade.

Solicitamos às autarquias que providências sejam tomadas a fim de apurar os fatos, combater atos desta natureza e punir os agressores, pois a omissão pode ser entendida como conivência a atitudes que ferem a dignidade e os princípios universais e humanos que a UFRN preza e defende.

O Guddes, em suas articulações, busca se apoiar em situações como esta para combater a intolerância e transmitir os valores de respeito à diversidade, e estará alerta e unindo forças para que casos como este não se repitam.

Guddes-RN

Disponível em: <<http://www.guddes.xpg.com.br/carta.html>> Acesso em: 10 de junho de 2012.

Cidades

Edição de quarta-feira, 23 de fevereiro de 2011

Universitárias são vítimas de homofobia

Duas estudantes foram agredidas com tapas, murros e xingamentos por se beijarem durante calourada na UFRN

Uma universitária do curso de administração, identificada por Neiara Oliveira, 22 anos, foi vítima de homofobia no fim da noite da última segunda-feira, 21, por volta das 23h, durante a comemoração da calourada da Universidade Federal do Rio Grande (UFRN). Ela e sua namorada foram agredidas verbal e fisicamente com murros e tapas por um agressor ainda não identificado. O reitor José Ivonildo do Rêgo afirmou que o setor de vigilância não registrou nenhuma ocorrência ou reclamação na noite de segunda-feira e autorizou que os vigilantes façam uma busca nas imagens do circuito interno da UFRN para tentar identificar o agressor.

De acordo com a estudante, tudo aconteceu no instante em que ela estava acompanhada de sua namorada e mais dois amigos, próximo ao anfiteatro da universidade, em um local com paredes de som. Neiara contou que os dois amigos que estavam com ela se afastaram para cumprimentar conhecidos em outro local e ela foi dançar com sua namorada, uma estudante de arquitetura da Universidade Potiguar (UnP), e começaram a trocar beijos.



Jovens, que mantêm relação homoafetiva, teriam sido abordadas por quatro rapazes e sofrido violência física e verbal Foto: Ana Amaral/DN/D.A Press

"Quando começamos a nos beijar fomos abordadas por quatro rapazes bem aparentados, que começaram a soltar piadas em tom de deboche. Eles ameaçaram filmar o nosso momento de descontração e um deles falou várias ofensas no meu ouvido. Eu afastei minha namorada do tumulto e fui tirar satisfações com ele. Foi aí que ele me agrediu, me jogou em cima de uma mesa e começou a me dar murros e tapas", disse. Segundo Neiara, sua namorada tentou defendê-la e também foi agredida. "Ele só parou de bater na gente quando os amigos que estavam com ele tiraram ele de lá", contou Neiara.

Diante da cena assustadora, as jovens solicitaram o apoio da Polícia Militar, que chegou ao local após a fuga do agressor e do grupo que o acompanhava na calourada. Apesar de diligências realizadas na área, eles não foram encontrados e as jovens foram aconselhadas a fazer um boletim de ocorrência (B.O.) na delegacia.

Neiara disse não ter feito o B.O ainda na segunda-feira por causa do horário. "Não sei se realizaremos o Boletim de Ocorrência, mas o importante é que esse caso seja registrado pela imprensa para que uma situação homofóbica não aconteça novamente", desabafou. O agressor, cuja identidade não foi confirmada, ainda foi procurado pelas vítimas e seus amigos nas páginas de rede sociais, mas até o momento não existem pistas sobre o seu verdadeiro nome.

O diretor do Grupo Universitário em Defesa da Diversidade e Expressão das Sexualidades, Leonardo Lobato, afirmou que existe muito preconceito dentro da UFRN e que os homossexuais sofrem agressões verbais com frequência nas dependências da instituição. Em nota, o reitor Ivonildo do Rêgo repudiou a agressão e disse que "esse tipo de atitude é incompatível com o espírito universitário, e um desrespeito às diferenças e à pluralidade".

Disponível em: http://www.diariodenatal.com.br/2011/02/23/cidades3_0.php Acesso em: 15 de junho de 2012.

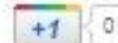
Alunas protestam contra homofobia na UFRN

Publicação: 03 de Março de 2011 às 14:11

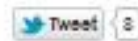
tamanho do texto



10 recomendações. Cadastre-se para ver o que seus amigos recomendam.



0



8

Alunas da UFRN realizam nesta quinta-feira (3) um protesto contra atos homofóbicos registrados na universidade no dia 21 passado, quando duas alunas foram agredidas por um homem após se beijarem durante "calourada". Cerca de 30 mulheres estão desde a manhã no centro de convivência da UFRN portando cartazes e pedindo respeito.

adriano albreu



Estudantes se manifestam contra preconceito contra homossexuais na universidade

O protesto é organizado pelo Coletivo de Mulheres do DCE da UFRN e contou com a colaboração dos Grupo Universitário em Defesa da Diversidade e Expressão das Sexualidades (GUDES-RN), Grupo afirmativo de Mulheres Independente (Gami) e a Marcha Mundial das Mulheres.

Memória

Durante a festa que recepcionou os novos alunos da UFRN, no dia 21 de fevereiro, duas moças foram vítimas de ataques homofóbicos. Após se beijarem, elas teriam sido atacadas

por rapaz que também participava da festa. O incidente gerou comentários em redes sociais e chamou a atenção para o debate acerca do preconceito sofrido por homossexuais dentro da universidade.

Após tomar conhecimento da situação, a UFRN prestou solidariedade às vítimas e repudiou a violência. Na época, o reitor Ivonildo Rêgo afirmou que esse tipo de atitude é incompatível com o espírito universitário, de respeito às diferenças e à pluralidade e solicitou à Divisão de Segurança que procedesse investigações para identificar o agressor.

Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/alunas-protestam-contra-homofobia-na-ufrn/174484>> Acesso em: 22 de maio de 2012.